

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LAMOUNIER, Bolivar. Bolivar Lamounier (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 16min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Bolivar Lamounier
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena Maria Bousquet Bomeny;

Técnico de gravação: Eduardo Ferraz; Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 06/12/2012 a 06/12/2012

Duração: 3h 16min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temas: Abertura política; Ação Popular (1962); África do Sul; Anos 1960; Atividade acadêmica; Ato Institucional, 5 (1968); Bolívar Lamounier; Brasil; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Ciência política; Ciências Econômicas; Ciências Sociais; Classe média; Colégio eleitoral; Congresso Nacional; Constituição federal (1988); Corrupção e suborno; Democracia; Dilma Rousseff ; Ditadura; Eleições presidenciais; Emprego; Estados Unidos da América; Família; Fernando Henrique Cardoso; Fundação Ford; Governo Dilma Rousseff (2011-2016); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Imprensa; Índia; Inflação; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Intelectuais; Liderança política; Luiz Inácio Lula da Silva; Militares; Participação política; Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Pontifícia Universidade Católica; Portugal; Pós - graduação; Presidência da República; Redemocratização; Regime militar; Rio de Janeiro (cidade); Rússia; Sociologia; Universidade da Califórnia; Universidade de São Paulo; Universidade Federal de Minas Gerais;

Sumário

Origens familiares; escolaridade de seus pais; primeiros empregos; a escolha pelo curso científico e o interesse por engenharia; o conhecimento da existência dos cursos de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a estrutura da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG; o convívio acadêmico; a experiência acadêmica; o corpo docente; o interesse por política; o envolvimento político na universidade; a aproximação à Ação Popular (AP); a viagem aos Estados Unidos da América durante a graduação, através de um programa do departamento de Estado; a opção por cursar o mestrado nos Estados Unidos; os contatos realizados nos Estados Unidos; a opção por fazer mestrado na Califórnia, Estados Unidos; o processo de acusação durante o regime militar brasileiro; o mestrado na University of California, Los Angeles (UCLA) nos Estados Unidos; o mestrado em Ciência Política; a tese de mestrado; a constituição do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); as dificuldades em organizar o IUPERJ e a faculdade Candido Mendes; a constituição do programa de mestrado do IUPERJ; a transferência do IUPERJ da Praça XV para Botafogo, no Rio de Janeiro; o Ato Institucional Nº 5 durante a ditadura militar brasileira; as agências financiadoras do IUPERJ no final dos anos de 1960; a saída do IUPERJ em 1970; a ida para São Paulo no início dos anos de 1970; os diálogos com a Fundação Ford; o grupo de formação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); a ida para a Yale University, em Connecticut, nos Estados Unidos; o programa de pesquisa em Direito e Modernização; a dissidência intelectual com Roberto Mangabeira Unger; a volta para o Brasil em 1973; o mestrado de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP); a ênfase em Sociologia Política; as eleições de 1974 para presidência do Brasil; a influência política de seus trabalhos no CEBRAP; a abertura política do regime militar; a participação na imprensa; o estabelecimento do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP); o fechamento do IDESP; o fim da atividade acadêmica; a participação na Comissão Afonso Arinos; os contatos realizados na Comissão; a confluência de suas atividades no IDESP, na PUC-SP e na Comissão; a atividade de consultoria na Augurium; a passagem pela Universidade de São Paulo (USP); a atividade de analista político; a análise da redemocratização do Brasil; a importância do processo eleitoral na redemocratização; o impasse no colégio eleitoral em 1984-85; disputas políticas

interiores aos militares; a disputa política entre a oposição e os remanescentes do pensamento militar durante a redemocratização; a fragilidade da constituição de 1988; os processos inflacionários ocorridos no Brasil; a política realizada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e a realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT); avaliação da política partidária na atualidade; os governos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula); a atuação dos governos da legenda PT na economia; a análise do processo democrático do Brasil na atualidade; análise política do Brasil atual; o fenômeno de queda da qualidade da elite dirigente do Brasil; análise da qualidade da liderança política brasileira; o processo político e o exercício do poder no regime militar; a formação política do PT no Brasil; a análise do governo de Lula; a corrupção e o PT; análise da qualidade do Congresso Nacional; análise do governo de Dilma Vana Rousseff; análise política da atuação do PT no cenário nacional; teóricos da Ciência Política e a análise das lideranças petistas; os partidos de massas e a imprensa; diálogos com intelectuais brasileiros; a relevância de Antonio Octavio Cintra e Simon Schwartzman; o contato com Fernando Henrique Cardoso e Victor Nunes Leal; intelectuais influentes; desafios para a formação em Ciências Sociais na atualidade; o ensino de Sociologia em seu tempo e na atualidade; o contato com cientistas sociais de Portugal; os trabalhos de cooperação com cientistas sociais da África do Sul; seus trabalhos atuais; a pesquisa comparativa das classes médias nos países da África do Sul, Brasil, Índia e Rússia através do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Entrevista: 06/12/2012

H.B. – Bolívar, super obrigada pela acolhida, nesse dia carioca em São Paulo, de verão, e eu queria que a gente pudesse começar com o começo mesmo, que você nos contasse um pouco do seu ambiente familiar, de origem, primeiros estudos, e vamos seguindo.

B.L. – Bom, eu nasci em Dores do Indaiá, no oeste de Minas, e numa família pequena classe média rural, eu definiria assim, com uma pequena propriedade – meu pai tinha uma fazenda ali naquela região de Dores do Indaiá, a Estrela do Indaiá. Mas eu sou o último de onze, então, quando eu nasci, meu pai já tinha se mudado para Dores do Indaiá, porque tinha um problema de saúde, e morreu, eu tinha menos de dois anos. Então, eu passei a minha infância numa propriedade rural, e minha mãe e os irmãos mais velhos cuidando daquilo – algumas pessoas da família, irmãs mais velhas, já tinham se casado, inclusive –, e foi lá que eu fiquei até os treze anos e meio. Fiz os estudos básicos lá em Dores do Indaiá – tinha uma boa escola normal lá que tinha um bom curso primário –, fiz lá os estudos correspondentes ao ginásio, depois eu fui para Belo Horizonte, com treze anos e meio. Porque houve um empobrecimento vertiginoso da família: sem o meu pai, numa propriedade muito menor do que a outra que nós tínhamos tido, e a própria cidade não tem grande atividade econômica, é uma cidade ainda hoje pequena. Então, a história inicial é esta.

H.B. – É a cidade de Chico Campos.

B.L. – Exatamente. A Escola Normal Francisco Campos, que foi implantada... Ele nasceu lá, também.

H.B. – E, Bolívar, os seus pais, escolaridade pequena?

B.L. – Pequena. A minha mãe era professora rural. Formalmente, ela tinha a escolaridade básica: quatro ou cinco anos. Mas, na época dela, isto era muito, no início do século. Os meus irmãos, em geral, fizeram até o segundo grau. Posteriormente, alguns vieram a fazer cursos aí de Direito e tal, mas sem grande pretensão acadêmica. Era um pouco o diploma, para...

H.B. – Mas quantos chegaram ao ensino superior, dos onze?

B.L. – Quatro. Quatro chegaram a fazer... Um deles morreu bem cedo, também, o segundo na lista de idade. Então, a história básica é como eu lhe disse: uma classe média pequena, com um nível médio de instrução. Naquela época, o fato de você ter uma propriedade rural bem próxima da cidade era muito agradável e, evidentemente, dava um pouco de status. Naquela época, as pessoas tinham uma certa reverência por terra, nem que fosse meio metro quadrado. Então, era bom. Eu tive uma infância muito feliz nesse lugar. Eu adorava aquilo. Eu, às vezes, penso assim: se eu pudesse refazer tudo, eu não teria saído de Dores do Indaiá. Saí e fui para Belo Horizonte. Eu não teria saído de Belo Horizonte. Aí eu fui para os Estados Unidos. Eu não teria voltado. Aí eu fui para o Rio. Não teria vindo para São Paulo. E agora...

H.B. – O que significa que você tem uma capacidade de adaptação muito grande, porque aonde você chega...

B.L. – É. Agora eu estou aqui há muito tempo e gosto muito daqui. Mas eu fui... eu acho que fui muito feliz nessa fase de infância, apesar das dificuldades enormes que foram surgindo. A minha mãe, então, num certo momento, resolveu que ela e os três mais jovens – o meu irmão, que é o seguinte, e minha irmã Celeste, que era acima dele – nós iríamos para Belo Horizonte, para estudar mais, para trabalhar. E foi o que fizemos.

H.B. – E tinha parentes em Belo Horizonte?

B.L. – Tínhamos uma irmã que já morava lá e parentes, assim, tios, primos.

H.B. – Na casa de quem ficaram?

B.L. – Não, não.

H.B. – Ou puderam ter uma casa?

B.L. – Arranjamos um lugar para ficar, para morar. E eu comecei imediatamente a trabalhar. Eu arranjei emprego... A minha carteira de trabalho foi assinada com permissão especial do juiz de menores, porque eu não tinha 14 anos, quando eu comecei a trabalhar. Eu comecei a trabalhar num hotel, o hotel Embassy, que ficava lá no centro da cidade; depois trabalhei um período no Banco da Lavoura, que é o atual... Origem do Itaú, desses grupos; e também trabalhei, um certo período, num colégio – onde eu vim a estudar o curso científico, eu também trabalhava lá, na secretaria. Então, eu sempre... A não ser esta fase final do colégio, em que eu trabalhava à noite e estudava de manhã, eu fiz sempre o oposto: eu trabalhava durante o dia e estudava à noite. Assim foi que eu fiz o curso científico.

H.B. – Fez o científico?

B.L. – O científico.

H.B. – Já sabia que queria o científico?

B.L. – Eu não tinha dúvida. Eu imaginava que eu queria fazer Engenharia.

H.B. – E se falava em casa? Porque Direito, Engenharia e Medicina eram os cursos preferenciais, digamos, para as carreiras masculinas, não é?

B.L. – Falava-se, mas nunca houve tentativa de influenciar. Eu tomei o meu rumo.

H.B. – E por que você achava que Engenharia era o seu curso?

B.L. – Eu sabia que não queria Medicina, em nenhuma hipótese, e Direito também não, ainda mais com o negócio do latim, que era um terror naquela época. Mas eu tinha atração pela engenharia, a ideia da engenharia civil. Eu tinha uma certa ideia a respeito e imaginava que era isso que eu queria fazer. Bom, quando eu concluí o curso científico – a minha formação não era grande coisa, quer dizer, eu nunca fui um grande estudante –, eu sabia que não ia ser aprovado no vestibular de imediato, então, eu ia falhar um ano, fazer cursinho e essas coisas para, no ano seguinte, prestar o vestibular. Nesse ínterim, apareceram em minha casa dois

grandes amigos, pessoas que se tornariam amigos pela vida inteira... Um deles, pela vida inteira: o Amaury de Souza, que estudava em um colégio próximo do meu e nós tínhamos ficado muito amigos desde o curso científico, lá no bairro...

H.B. – Amaury foi seu companheiro de curso científico?

B.L. – Não, não. De curso científico, não. Mas ele estudava, no curso científico, num colégio próximo do meu. A gente sempre se encontrava, no bairro. Aquelas coisas daquela época. E o outro era o Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, que veio a ser morto na luta armada. Então, nós três éramos super amigos. E eles apareceram em minha casa, falaram: “Olha, tem um negócio aqui, dizem que é muito bom, que é Sociologia e Política, na Faculdade de Ciências Econômicas. Vamos lá prestar o vestibular”. Isso era em janeiro, e o vestibular, em fevereiro.

H.B. – Mas que engraçado! Você preparando para Engenharia e...

B.L. – E os dois, também: o Carlos Alberto pretendia fazer Direito e o Amaury, arquitetura. Fomos os três para Sociologia. Prestamos o vestibular em fevereiro, passamos, e fui ficando, fui embicando, tomando conhecimento do que se tratava. Agora, um fato importante que ocorreu no período inicial da faculdade, Helena, é que a Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte, tinha um sistema de bolsas de tempo integral, que era um... Era a coisa mais bem feita, naquela época, na universidade brasileira, que eu me lembre, que era assim: no fim do primeiro semestre, havia um exame muito rigoroso a que todos os estudantes podiam se candidatar... E, em média, 10% de cada turma – porque havia a turma de Economia, de Administração pública e de Sociologia – 10% de cada departamento tornavam-se estudantes em tempo integral – tinha sala para dois, máquina de escrever, livros... Era uma coisa muito bem...

H.B. – Assistida.

B.L. – Era um apoio decisivo, realmente. E ficava o dia inteiro na faculdade: ia para a aula de manhã, almoçava lá e ia até a noite. Eu e o Amaury fomos aprovados. A nossa turma tinha 81, e nós entramos oito como bolsistas. Aí nós fomos o período todo da faculdade em tempo

integral. O Vilmar Faria era outro da turma de bolsistas. Por esse sistema passou o Simon Schwartzman, o Antonio Octavio Cintra, o Edmar Bacha... Era uma coisa que tinha uma... Como é que eu direi? Tinha um efeito muito forte de canalizar as pessoas para a vocação, para o estudo acadêmico.

H.B. – E uma vez que ganhava a bolsa, tinha que se submeter a exames periódicos? Ou uma vez ganhando, ficava...?

B.L. – Uma vez por ano, tinha que apresentar um texto, e participar em seminários. Havia uma pequena remuneração, equivalente ao salário mínimo, mas o mais importante eram as condições de trabalho: nós ficávamos o tempo todo na faculdade. Acabava a aula de manhã, nós almoçávamos e – era um prédio alto – subíamos lá para o sexto ou oitavo andar. E eu, por exemplo, tinha uma sala... Eu e outra pessoa. O meu colega de sala era o Vilmar Faria. Enfim, havia salas para dois. Nessas salas, cada um tinha a sua máquina de escrever – naquela época, não se falava em computador.

H.B. – A Remington.

B.L. – É, uma Remington. Então, isso foi decisivo, no meu caso, porque eu dificilmente teria permanecido. Assistir à aula de manhã, um contato superficial com o professor, eu acho que eu não teria permanecido. Eu não entendia direito, ainda, aonde é que a Sociologia e Política ia me levar, mas como essa experiência foi muito intensa, não só em termos de estudo formal, mas de convívio com pessoas muito, muito destacadas... Você vê que, nesta época, nas classes superiores lá havia o Fábio Wanderley Reis; o Vinicius Caldeira Brandt; o Betinho... Esse pessoal todo era bolsista da faculdade. Então, esse convívio diário ali...

H.B. – Em um momento especialmente...

B.L. – Em um momento turbulento do país.

H.B. – Turbulento e de muita mobilização.

B.L. – Isso. Exatamente. Foi de 1961 a 1964.

H.B. –1964, é, quer dizer, os cursos de Ciências Sociais tinham um apelo especial, também.

B.L. – Exatamente. Então, eu acho que do ponto de vista da experiência acadêmica foi realmente extraordinário. E uma outra coisa que eu, olhando para trás, eu fico tentando interpretar, arranjar uma teoria que corresponda ao que eu vivi, eu acho que uma coisa que inicialmente eu via de forma negativa e passei a ver de forma positiva é que nós não tivemos uma direção forte demais, de uma escola ou de um professor. Em São Paulo, a figura do Florestan era muito pesada para... Era assim: pegar ou largar. As pessoas estudavam e...

H.B. – Era uma condição, não é?

B.L. – Praticamente obedeciam ao Florestan. No Rio, não havia, naquela época, um currículo... na [Faculdade de] Filosofia, não havia um currículo muito bem organizado, naquela época, mas a grande influência no Rio era o Iseb – o Guerreiro Ramos; o Álvaro Vieira Pinto; o Hélio Jaguaribe –, que também, se você compara, tinha um pensamento muito canalizado, aquela doutrina nacionalista, formulada em termos muito taxativos, e as interpretações todas passaram por ali. Então, comparando, eu acho que a nossa formação foi meio anárquica. E, para o meu temperamento, isso foi ótimo. Quer dizer, eu explorei tendências as mais diversas, e mudava de perspectiva, mudava de assunto. Eu acho que no fim, ao fim e ao cabo, foi bom.

H.B. – Você se lembra bem do corpo docente?

B.L. – Lembro. Nós tínhamos o... A figura mais destacada era o Francisco Iglésias, que era o historiador. O que realmente pesava mais, em termos de disciplina de estudo, até porque dava a matéria central de Sociologia, era o Lincoln Prates, um professor de lá, que foi responsável pela... Não que ele tivesse um estudo muito estruturado, mas ele indicava livros e textos frequentemente muito difíceis e exigia a leitura do começo ao fim, não tinha conversa.

H.B. – Era a época do Gurvitch, ainda?

B.L. – Do Gurvitch [risos], entre outros, não é? Nós tínhamos que aprender aquela gurvitcheira toda. E tivemos o Edmundo Campos, que posteriormente foi para o Rio, que lecionava a sociologia das organizações – ali, nós tínhamos os estudos de burocracia e tudo isto. Era um curso com muita interdependência na faculdade, então, havia uma parte de Economia, também. Na Economia, nós tivemos como professor o Élcio Costa Couto, irmão do historiador agora em destaque aí*. Ele era um sujeito muito destacado na Economia. O Fernando Reis, que veio a ser um tecnocrata de nível muito alto, na Vale do Rio Doce e em outras companhias estatais, ele lecionava na parte de Economia, também. E outras coisas lá de Estatística, Direito, etc. Esse era o currículo básico da faculdade.

H.B. – E Política?

B.L. – Política, curiosamente, era a... Não vou dizer que fosse a parte mais fraca, mas foi a mais tumultuada. Porque o professor de política, quando eu entrei, era o Lincoln Ribeiro, mas ele... Eu não cheguei a ter aula com ele; ele foi imediatamente para Brasília, para a UnB, que estava começando a funcionar. Então, a cadeira ficou vaga durante um certo período, e aí surgiu uma polêmica terrível, porque a direção da escola se inclinava a trazer um professor de Direito constitucional, Teoria do Estado, etc., que seria, no caso, o professor Raul Machado Horta, que era o cogitado, mas a classe demandava... queria uma coisa mais sociológica, então, acabou vindo o José Nilo Tavares.

H.B. – Foi meu professor.

B.L. – O José Nilo fez um esforço de dar uma teoria das revoluções, explicar as grandes revoluções. Mas, naquela época, não havia uma boa bibliografia e nem ele dominava especialmente esse lado do assunto, então, eu acho que foi pouco produtivo, o estudo de Política. Eu acabei indo nessa direção, eu acredito que um pouco por temperamento e um pouco, também, a experiência familiar. Aí eu acho que a experiência familiar pesa: nós éramos uma família de pessedistas juscelinistas de quatro costados. Meu irmão mais velho era muito

* Ronaldo Costa Couto, economista e historiador.

aficionado do PSD, lia os jornais inteiramente de manhã – isso lá em Dores do Indaiá. Isso teve uma influência muito grande em mim.

H.B. – De interesse, não é?

B.L. – Essa visão toda do interior do Brasil... Eu até quero, mais adiante, escrever um pouco sobre isso. Eu acho que a ciência social brasileira cultiva alguns mitos, e não poucas mentiras, a respeito do interior do Brasil, com uma visão muito moldada pelo litoral, pelo balneário, a visão da corte, a corte dizendo como devia ser o interior, como que ela queria que o interior fosse visto, e não como ele era, necessariamente. E se geraram mitos e mais mitos a respeito disso. A minha implicância sacrossanta com o Oliveira Vianna vem daí, a visão do interior do Brasil, que eu acho uma mentirada completa.

H.B. – Você andou falando disso.

B.L. – Mas vamos deixar isso para depois.

H.B. – Nós vamos falar isso depois. Mas, Boli, vamos voltar para aquela atmosfera de graduação. Quer dizer, então, você teve uma experiência incomum de turma, de densidade de interação com pessoas que... Estou dizendo isso porque foram pessoas que construíram suas trajetórias nesse campo e não saíram.

B.L. – É, exatamente.

H.B. – E com muito destaque. Então, havia, de fato, vocações ali e um ambiente de participação política. Como é que você se colocou nessas duas...? Quer dizer, o lado acadêmico, eu já entendi. Como é que foi o seu envolvimento com a política, naquele momento?

B.L. – Como no Brasil inteiro, na faculdade tinha aquelas correntes de esquerda: o Partido Comunista; mais tarde formou-se a Ação Popular [AP] – esses dois polarizavam, em termos de número, digamos, a adesão dos estudantes –; e a Polop (Política Operária), que era mais trotskista, mais extremada. As três estavam presentes ali. Eu não cheguei a participar de

maneira muito regular desses grupos, mas a minha proximidade era com a AP, até em virtude da amizade que eu desenvolvi com o Vilmar, com o Antonio Octavio e vários outros que vinham desse grupo. Mas eu... Digamos assim, eu comecei a ter essa participação e a discutir aqueles temas no segundo ano, mas aí pela metade do terceiro eu já não estava mais interessado nisso. Eu queria mais era ler os livros e pensar numa pós-graduação. Era isso que me atraía.

H.B. – Você já tinha essa ideia?

B.L. – Tinha. Pelo seguinte... Vou te dizer um outro fato relevantíssimo: em janeiro e fevereiro de 1963, quando eu estava entrando para o terceiro ano, nós fizemos parte de uma viagem de estudantes aos Estados Unidos, da qual participou também o Mário Machado, lá da Fundação Getulio Vargas. Nós nos tornamos amigos até hoje em virtude desse fato. E nos Estados Unidos era chocante a diferença que nós percebíamos entre os clichês de esquerda e o que nós estávamos vivenciando. Chegava numa universidade espetacular, você tinha discussões magníficas sobre aqueles seminários. Eu e o Amaury, nos poucos momentos de folga que esse programa permitia, nós fomos procurar os grandes nomes da esquerda nos Estados Unidos: nós encontramos o Paul Baran, que era um *best-seller* no Brasil, e nos pareceu tão desinteressante a conversa e, por sua vez, tão repleta de clichê marxista; em Nova York, nós procuramos a revista *Monthly Review*, que era editada pelo Leo Huberman, autor de um livro aí de história econômica...

H.B. – *História da riqueza dos homens*.

B.L. – Isso. Exatamente. E nós ficamos muito desencantados. Aquilo não nos acrescentava nada. O restante só acrescentava: um país palpitante de liberdade, de pluralismo, de discussão, coisas interessantes acontecendo...

H.B. – E quanto tempo vocês ficaram? Que programa era esse?

B.L. – Um mês e meio. Era um programa do Departamento de Estado, em que as pessoas eram indicadas por bola de neve: eu indico você, que... Vai formando uma teia, até chegar numa pessoa que pudesse aproveitar bem do programa. Então, o Amaury e eu fomos escolhidos, lá

na faculdade, e nós fomos... Nós saímos daqui por volta de 15 de janeiro e chegamos no início de março. Um mês e meio ao todo. Nós fomos primeiro para Los Angeles; depois para Berkeley e Stanford; depois para Nova York; Washington; e voltamos. E mantivemos contato, e nos níveis mais variados: desde movimentos da questão racial, de bairro, até no Departamento da Justiça. Naquela época, o secretário da Justiça, no governo Kennedy, era o Robert Kennedy, que passou duas horas conosco, num seminário, discutindo, falando de América Latina, etc. Então, um programa extraordinário, realmente.

H.B. – Quer dizer, você começou a ter um contato com a América Latina nessa primeira experiência?

B.L. – Não, eu não... Talvez eu não fosse tão longe. Porque eu lia... Eu tinha, na faculdade, contato, pelo menos de ler. Mas em termos... O que eu acho que essa viagem me proporcionou, basicamente, foi a percepção não estereotipada dos Estados Unidos. Porque, veja bem, naquela época não havia a internet, poucas pessoas tinham televisão, então, a ideia de Estados Unidos que se tinha a partir do Brasil era a de um país de alta técnica, porém, ignorante. As pessoas, quando falavam em cultura, pensavam na França. Filosofia, lia-se França. Quem é um grande pensador? Falava-se em Sartre. De repente, nós vamos para a universidade americana e descobrimos o seguinte: “Olha, é simplesmente impressionante isso aqui”. Cada universidade daquelas tinha um campus extraordinário; aqueles departamentos super bem povoados de professores competentes; bibliotecas espetaculares; e discussões francas, sem teias ideológicas nem nada.

H.B. – E havia tensão entre os colegas militantes daqui e essa...

B.L. – Sim, sim. Entre nós havia muita tensão.

H.B. – ...e esse retorno com esse entusiasmo? Porque esse é um momento de franco antiamericanismo aqui.

B.L. – Eu acho que nós tínhamos crédito. Nós não fomos hostilizados na volta, não. Mas... Não, não fomos. Eu não me lembro de nenhuma coisa nesse sentido. Nós voltamos, entramos

direto nos cursos, que eram puxados, ainda mais no terceiro ano. Mas eu tenho para mim que ali eu comecei a formar a ideia de uma possível pós-graduação, e eu queria ir para os Estados Unidos, como acabei fazendo. Neste momento, ninguém aqui pensava em ir para os Estados Unidos. Em Ciência Política, eu acredito que tenha sido o primeiro a ir para um curso de ciência política nos Estados Unidos. O êxodo, quer dizer, a busca de pós-graduação por parte do pessoal da faculdade, no primeiro momento, se dirigiu para o Chile, para a Flacso. A Flacso tinha sido criada, um currículo magnífico, então, para lá foram: o Fábio Wanderley Reis, o Antonio Octavio Cintra, o Vilmar Faria... Muitos foram para lá. Uma experiência muito diferente e muito boa, também. Eles foram e estudaram dentro de um programa pré-determinado e voltaram prontos para formar um departamento, como de fato ocorreu, o Departamento de Ciência Política, em Belo Horizonte, que se tornou pioneiro em muita coisa. O lucro era o pessoal, foi o pessoal que estudou no Chile. A essa altura, quer dizer, quando eles começaram a voltar para o Programa de Ciência Política em Minas, eu já estava nos Estados Unidos. Também, essa é outra peculiaridade biográfica minha: eu fui antes do programa da Fundação Ford. Quase todo mundo que foi para os Estados Unidos, eu acredito que todos, foram com a bolsa da Fundação Ford. Eu fui com uma bolsa mixuruca lá de uma fundação local. Eu recebia menos da metade, em dólares, do que viria a ser a bolsa da Fundação Ford. Eu nunca fiz uma viagem, no período que passei na Califórnia. Jamais. Não tinha condição.

H.B. – E como é que...? Porque você fez mestrado. Não é uma coisa tão comum, também, nos Estados Unidos.

B.L. – Mas era uma coisa...

H.B. – Existia? Era um programa de pós-graduação? Você tinha contato? Como é que você chegou à Califórnia?

B.L. – Por causa do contato...

H.B. – Dessa primeira viagem?

B.L. – Exatamente. Eu mantive contato. Aí há um outro fator importante. Veio 1964, 31 de março – aí nós estávamos no quarto ano –, e a vida mudou radicalmente.

H.B. – Você pode contar um pouco disso?

B.L. – Posso. Eu vou chegar lá. Eu fui preso logo em seguida, na minha casa, por uma noite, ou um dia, uma coisa assim; outros passaram mais tempo; outros foram para São Paulo e tal, para não serem visados. Mas aquele alvoroço, aquela turbulência inicial. Ali, então, eu comecei a pensar: “Com mais forte razão, eu vou querer sair do Brasil ano que vem. Isso aqui está ficando péssimo”. Depois, no período de investigações, daqueles inquéritos, lembra dos IPMs, Inquéritos Policiais Militares?, Eu fui depor quatro ou cinco vezes, aí fui indiciado lá como subversivo – abriu-se o processo contra uma centena de estudantes em Juiz de Fora, na repartição do Exército lá de Juiz de Fora –, mas aquilo ficou em banho-maria. Eu não sabia... Quando chegou o fim do ano, eu queria sair, eu queria ir embora, e escrevi para os meus conhecidos lá na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, a Ucla, dois ou três professores que eu tinha lá, e eles me responderam: “Você vai ser admitido imediatamente aqui, se você arranja uma bolsa”. Lá por setembro ou outubro, eu recebi a visita, lá em Belo Horizonte, de um decano lá da universidade – não me lembro o nome dele –, ele me dizendo que eu poderia ter uma bolsa – modesta, mas que eu poderia ter uma bolsa – de uma *grant* dada à universidade por alguém de Los Angeles. Eles iam levar seis, sete ou oito pessoas de vários países e que, se eu então sáísse regularmente do país, com um passaporte válido e tal, chegando lá, eles me davam a bolsa. “Não vejo porque não.” Chegou o fim do ano, me formei, eu tinha o passaporte, pedi o visto de saída, me deram o visto de saída, eu fui, e desembarquei lá para começar o curso. Se um dia eu escrever as minhas memórias, eu quero... eu tenho uma frase ensaiada: “eu desembarquei no aeroporto de Los Angeles com 50 dólares no bolso e um suéter vermelho”. Era o que eu tinha para o frio.

H.B. – Da Califórnia, que não é pequeno.

B.L. – Que não é tão pequeno assim. E dinheiro nenhum. Quer dizer, eu tinha... Eu sabia que chegando lá, eles me pagavam – tinham prometido me pagar o primeiro mês da bolsa. O primeiro mês da bolsa, aí eu vou arranjar um lugar para morar, você entende? É tudo muito

complicado. E fui percebendo que o valor que eu tinha no bolso não era grande coisa. Agora, os americanos são realmente notáveis como povo. Eu acho extraordinário. Quando eu cheguei, veja bem, a universidade tinha lá um serviço: uma família ia ao aeroporto buscar a pessoa que estava chegando e colocava essa pessoa em casa por três, quatro, cinco dias, até que encontrasse um apartamento. Porque tinha que dividir um apartamento com outros estudantes. Ninguém podia morar num apartamento. Bom, eu tive uma sorte fantástica, porque a família que foi me buscar, ele era um professor de Matemática lá da Ucla e ela era uma professora de Arte, então, eles moravam numa casa modesta, mas muito bonita. O modesto deles, em Los Angeles, é uma casa confortável, bonita. E ele, além de professor de Matemática, era músico e tocava violino. Então, ele passou... Daí em diante, durante um ano, ele, a cada três semanas, me convidava para ir lá jantar e, depois do jantar, eles tocavam um quarteto. Ele tocava com profissionais, gente profissional, que vinha lá e tocava Mozart, Bach, Beethoven... Foi uma experiência extraordinária. E me deram todo o apoio possível, até eu me arranjar e alugar um apartamento com outros colegas.

H.B. – E quanto tempo durou o mestrado?

B.L. – Não havia... Veja, não há uma escala. Se você vai completando os créditos... Não há um período fixo.

H.B. – Não tem dissertação. Não tem que fazer...

B.L. – Eu acabei... No final do primeiro ano, eu acabei. Não, eu não fiz... Você tinha a opção de fazer uma dissertação ou uma banca de cinco professores em matérias diferentes. Então, eu optei pela banca, e fui aprovado – acredito que levei um ano nisto –, e aí já começa o doutoramento.

H.B. – O doutorado. E você não teve dúvida, quer dizer, o doutorado foi lá, também.

B.L. – Foi, foi.

H.B. – A essa altura, você já sabia que Ciência Política seria seu campo?

B.L. – Ah, sim, sem dúvida. A essa altura, eu já não tinha dúvida, não. Quando começou o programa da Ford no Brasil e o programa de bolsas, o então diretor do programa em Belo Horizonte, que era o Júlio Barbosa, me escreveu que, se eu tinha intenção de voltar e lecionar em Belo Horizonte, que eu precisava me integrar ao programa da Ford. Então, eu me comuniquei com a Ford – a bolsa era muito mais alta do que a minha –, mas a Ford estava se concentrando em algumas universidades, entre as quais não estava a Ucla. Quer dizer, eles estavam mandando as pessoas para Yale, Harvard... as mais famosas. Bom, eu então tentei ser admitido nessas universidades, em três ou quatro delas, e não fui. Houve até gente brasileira que escreveu contra a minha...

H.B. – Candidatura?

B.L. – ...a minha candidatura. Bom, então, não fui admitido. Não tendo sido admitido, eu falei: “Então, fico onde estou. Prossigo com a minha bolsa e faço o doutoramento aqui mesmo”.

H.B. – E quem era seu orientador?

B.L. – O meu orientador, que já é falecido há muito tempo, chamava-se Harry Scoble. Ele era um especialista em pesquisa de comportamento político, de *survey*, pesquisa de amostragem. Agora, eu sempre tive um espírito anárquico, entende, Helena? Eu estudava as coisas mais variadas, um pouco de cada coisa, e ia combinando daqui e dali. Para mim, a grande ajuda que eu tive do Harry Scoble não foi tanto a orientação intelectual, porque ele deixava eu fazer o que eu fizesse, foi a liberdade que ele me proporcionou de: “Faça o curso que você quiser. Traz que eu assino”. Então, eu fiz... Eu fazia um curso lá no Departamento de Sociologia, outra coisa noutro, e assim fui.

H.B. – E a sua tese é uma tese que é uma referência no Brasil. Não só a tese, mas inclusive textos que você publicou a partir dela, que já era uma reflexão sobre autoritarismo no Brasil. Então, a questão da democracia, você diria que foi uma questão permanente no seu interesse?

B.L. – Ah, foi. Deixa eu voltar um pouquinho para falar da tese. Eu não tenho coragem de reler a tese. Jamais vou fazer isso na minha vida. Quando eu vim a fazer a tese, eu já estava de volta aqui, eu estava integrado ao Cebrap, o ambiente político era o pior possível, nós aí vivendo um dia a dia muito pesado em termos de repressão policial; o Cebrap, muito visado, no período inicial. E eu estava lá. E eu não tinha como obter – e o Cebrap não tinha como me dar – recursos para eu trabalhar na minha tese. Então, a minha tese foi um trabalho de *part-time*. No Cebrap, eu participava de uma equipe de pesquisa demográfica, sobre estudo de população, reprodução humana, que nada tinha a ver com os assuntos que eu queria estudar. Então, eu fui escrevendo do jeito que Deus aprazia. Mas eu acho que foi muito malsucedida, a tese. Agora, eu extraí dela o que eu pude, em termos de dois ou três artigos, e fico contente de saber que as pessoas leem aquilo até hoje.

H.B. – Leem. Até hoje leem. Mas eu acho que a gente pulou uma coisa importante nesse intervalo, porque antes do Cebrap você esteve na fundação do Iuperj.

B.L. – Isso. Exatamente.

H.B. – E isso é um capítulo importante para essa entrevista.

B.L. – Vamos trazer a cronologia de volta.

H.B. – É, porque, nesse caso, eu acho que é importante, 1968-1970.

B.L. – Duas coisas importantes aí nós saltamos. Eu fui para Los Angeles em janeiro de 1965, estudar. Fiz o primeiro ano e tal. Por volta de maio de 1966, eu estava com muita saudade, já muito angustiado, e família e tal, e inventei lá uma história que eu precisava fazer umas pesquisas e consegui lá um pequeno financiamento para vir para passar um mês e meio, uma coisa assim, e coletar uns dados. Bom, vim. Quando eu estava para retornar à Califórnia, em agosto, surgiu o problema de eu ter sido indiciado no inquérito de Juiz de Fora. Então eu fui preso. E aí eu fiquei três meses preso e perdi o semestre. Isso foi no segundo semestre de 1966. Esse fato, evidentemente, teria consequências posteriores bastante importantes na minha vida. No final do ano... Eu saí da prisão, acho que foi no final de novembro. Fiquei ali umas duas

semanas convivendo com os amigos, tomando chope... Eu já tinha perdido o semestre mesmo, não é? Quando eu então resolvi pensar na volta para lá, nós estávamos em dezembro, meus amigos jornalistas ficavam falando: “Olha, você não devia estar aqui. Você já esteve preso. Vai embora o quanto antes daqui. Esse negócio está muito instável”. Isso era o fim de 1966. E eu, de fato, encontrei muitas dificuldades para ter o visto do passaporte. Quando finalmente eu consegui, eu viajei para lá na noite do Ano Novo, 31 de dezembro. Eu saí daqui, cheguei lá, o apartamento estava vazio, não tinha ninguém, eu entrei e fiquei sozinho lá uns dez dias, o pessoal estava de férias, e fiquei lá. A cidade, vazia. Era o período de intervalo entre um semestre e outro. Então eu comecei de novo os estudos em janeiro de 1967. Em janeiro de 1967, eu então atravessei o ano todo fazendo o doutoramento. Por volta de maio de 1968, o Candido Mendes tinha me procurado lá na Califórnia para me propor de vir como diretor executivo do Iuperj e tal. Eu então vim para o Rio de Janeiro. Alguns dos pesquisadores seniores iam para os Estados Unidos com a bolsa do programa da Ford e eu então ia substituí-los ali à frente do Iuperj. Então eu vim. Isto aconteceu em meados de 1968. Você veja que eu não dou muita sorte: eu peguei outra complicação política. Aí, um clima pavoroso. Às vezes, a gente estava dando aula com um carro da polícia encostado na frente, ostensivamente. Aquilo foi durante um... A luta para constituir o Iuperj... Quer dizer, formalmente, ele já estava constituído, mas era um pouco... Não vou dizer que era de ficção, mas era um pouco... Não tinha densidade: não havia padrões de remuneração para os pesquisadores; não havia programas de pesquisa... Na verdade, não havia uma organização funcionando. Havia uma sigla, lá dentro da Faculdade Candido Mendes. Eu então tive uma conversa muito franca com o Candido, disse: “Ou é para organizar e fazer isto funcionar, e aí eu tenho uma série de requisitos que eu preciso colocar, ou então eu vou para a universidade, vou para outro lugar, porque isso aqui não me atrai, do jeito que está aí”. “Não, vamos tocar.” E eu realmente não imaginava a luta que me aguardava. Foi penosa a luta, para fazer aquilo funcionar. Por exemplo, as escalas de salário eram absurdas: entre pessoas da mesma função, havia diferenças de 500%, 600%. Programa, não havia. Aí eu pensei... E o meu interlocutor principal, de quem eu me lembro com muita afeição e muita saudade, era o César Guimarães. Os outros tinham ido para os Estados Unidos: o Amaury já tinha ido; o Wanderley Guilherme já tinha ido... O César Guimarães e eu sentamos, ele me orientava em muita coisa, eu fui conhecendo como é que funcionava o Rio de Janeiro, e eu então disse para ele: “Olha, vamos levar para o Candido a seguinte proposta, isso aqui precisa ter um motor. Isso aqui, para funcionar, tem que ter um

motor, e esse motor vai ser um curso de mestrado. Vamos fazer um curso de pós-graduação”. Bom, foi só eu falar nisso, veio raio de tudo quanto é lado, no Rio de Janeiro. As pessoas têm aquela noção de disputar espaço, aquela complicação toda. Mas eu acabei conseguindo. E aí começamos, no segundo semestre de 1968, nós começamos o programa de seminários, que viria a ser o mestrado do Iuperj. Em condições materiais catastróficas: era uma sala lá na...

H.B. – Lá na Praça XV, não é?

B.L. – É, uma sala na Praça XV. Quando chegava o fim do ano, aquilo era... 45 graus lá dentro. Não havia ar-condicionado naquela época, recursos muito precários. Então, eu comecei uma outra batalha, que foi tirar o Iuperj da Praça XV. Bom, aí a coisa realmente complicou, porque o Candido não queria, de jeito nenhum. Eu compreendo o ponto de vista dele. Nós tivemos uma queda de braço prolongada em torno disso, mas eu acabei levando para Botafogo.

H.B. – Na Paulino Fernandes.

B.L. – Na Paulino Fernandes. Aquele prédio lá, fui eu que aluguei. Eu me lembro até hoje da cena: eu cheguei numa segunda-feira, eu pedi uma audiência lá com o Candido... “Bolívar, como vai e tal”, aquele jeito esfuziante dele. Eu falei: “Tenho uma notícia para te dar”. “Qual é a notícia?” “Passei o fim de semana procurando um lugar para o Iuperj.” Ele já subiu pelas paredes: “Você está maluco?! Não pode!”. Eu disse: “Eu não somente passei a semana procurando como encontrei e já aluguei, e já fiz um contrato”. Bom, aí, realmente, foi uma complicação imensa. Ele, evidentemente, segurou durante várias semanas, fez uma guerra de nervos terrível, mas eu fui enfrentando e acabamos indo para lá. E foi decisivo. Eu acho que acertei. O curso dinamizou e criou uma massa crítica no Iuperj, e a saída lá do Centro tirou o Iuperj daquela luta da faculdade. Ali têm as lutas...

H.B. – Próprias.

B.L. – Não sei se há, mas havia, na época, lutas difíceis ali, em torno de recursos, de espaço, todo tipo de coisa. É uma dinâmica própria da história da Candido Mendes. Então, com a saída de lá, o Iuperj se organizou. Mas eu...

H.B. – Mas aí era quem? Era você; César Guimarães...

B.L. – O Edmundo Campos, que eu fui buscar...

H.B. – Que já estava em Minas, que você trouxe.

B.L. – ...em Belo Horizonte; o Renato Boschi e o Olavo Brasil, que eu busquei em Belo Horizonte; eu convidei aqui a Maria Sylvia Carvalho Franco, que tinha tido uma tese de muita repercussão, e ela deu um semestre lá de aulas. Enfim, fomos fazendo ali uma massa crítica inicial. Foi assim que começou. Isto no ano, portanto, no segundo semestre de 1968. Em dezembro de 1968, veio o Ato Institucional nº 5 e o ambiente piorou terrivelmente, e no ano seguinte, em abril do ano seguinte, no dia 25 de abril, saiu uma daquelas listas de cassação de direitos políticos e aposentadorias compulsórias, da qual eu fazia parte, juntamente com os professores de São Paulo – o Fernando Henrique; o Florestan; o Octavio Ianni... Eu estava naquela lista, sei lá por quê. Eu dou muita sorte, porque, em 1964, eu fui preso no dia do meu aniversário, 25 de abril, e fui aposentado no dia 25 de abril de 1969. É impossível esquecer. Eu acho que eles fizeram isso para facilitar a minha memória.

H.B. – E as Diretas Já, também.

B.L. – Você veja que eu lembro até hoje das datas. Isso foi em 1969. A partir daí, eu fui sentindo que a coisa ficava muito complicada. Eu passava a ser refém de uma situação, quer dizer, eu não tinha mais possibilidade... eu não tinha mais a opção de sair para ir lecionar numa universidade. Eu estava nas mãos, digamos assim, das organizações Candido Mendes. E isso começou a pesar na minha cabeça...

H.B. – Você só podia trabalhar ali.

B.L. – Exatamente. E isso começou a pesar na minha cabeça, porque... É claro que o Candido fazia o possível para aquilo dar certo, mas ali havia um esquema milenar que vinha desde o tempo das Faculdades Candido Mendes. Por mais que a mudança tivesse ocorrido, com a ida

para Botafogo, era pesado, era difícil. Nós não tínhamos consolidado, ainda, um padrão de trabalho, então, as brigas eram constantes, no corpo docente. Enfim, estávamos tentando. A questão de financiamento era muito difícil. Você tem que lembrar que, nessa época, a Capes e o CNPq estavam engatinhando. A própria Finep, que viria posteriormente a financiar...

H.B. – Nessa época era mais a Fundação Ford? Ou não?

B.L. – Exatamente. Tudo dependia da Fundação Ford, nessa época. E eu era, então, a pessoa incumbida de negociar a renovação de um apoio da Fundação Ford para o Iuperj. Essa negociação se revelou muito difícil. Não por mim, mas justamente porque a Fundação Ford queria ter uma segurança do investimento, “qual vai ser a rentabilidade do nosso apoio?”. O Iuperj é uma coisa formidável, mas ele não tem autonomia. Acho que até hoje não tem. Acho que o Iuperj nunca teve autonomia formal. O Candido concedeu, ou consentiu com as mudanças, mas nunca formalizou as relações. Quer dizer, então, eu dependia de uma situação impossível. Não havia contrato de trabalho, eu não podia assinar um documento, porque eu era diretor de uma entidade que, a rigor, não existia, e eu fui pensando: “Agora, eu estou aposentado, não tenho mais opções. Assim, eu não vou conseguir. Acho que assim não dá.” E esta equação, esta dificuldade se tornou claríssima para mim. Eu me tornei consciente dela à medida que o ano foi passando e eu fui enfrentando a negociação com a Fundação Ford. A todo o momento me pediam uma providência ou alguma informação que eu não tinha. Eu não tinha, eu não sabia, porque eu não tinha acesso a uma quantidade enorme de dados financeiros e tudo mais. Eu falei: “Assim, realmente fica impossível”. Os negociadores eram pessoas magníficas, do lado da Fundação Ford, que tinham toda a boa vontade do mundo, queriam ver aquilo prosperar, mas que tinham que defender o ponto de vista da Fundação, em termos da segurança do investimento. Era o Frank Bonilla; tinha o Humphrey, cujo nome inteiro eu não me lembro... Mas gente muito capacitada, com muita experiência desse tipo de situação, de pegar uma instituição frágil, no começo, e fazer ela se desenvolver, com apoio. Quer dizer, o apoio tem que ser muito calibrado, muito bem canalizado. Eu aí fui desistindo pouco a pouco e, no final do ano, pedi ao Candido Mendes a dispensa. Parei. E no início então de 1970 eu resolvi vir para São Paulo. Mas resolvi vir para São Paulo... Eu não vim para o Cebrap; eu vim para São Paulo. Eu até tinha ajudado a criar o Cebrap. Quando houve a cassação dos professores aqui, havia uma dissidência entre eles, se vão aceitar recurso da Fundação Ford e fazer uma

organização ou se não vão, e o Fernando Henrique, então, tomou a liderança disso para fazer o Cebrap. E eu, naquele momento, do lado da Fundação Ford, quem estava dialogando com este grupo era o Peter Bell, que tinha vindo... Ele tinha sido o herói da fase mineira das Ciências Sociais, ele tinha ajudado decisivamente a Ciência Política em Belo Horizonte e também no Rio Grande do Sul. Ele veio então, e acompanhando e conversando com esse grupo de São Paulo. E como nós tínhamos ficado muito amigos, desde lá de trás, ele me pediu para acompanhá-lo em várias dessas viagens a São Paulo. Eu vim e ajudei no que eu pude, conversando muito com ele e insistindo na importância e tal. Então, eu era meio parte do Cebrap. Eu não sei se eu devia dizer isso tão taxativamente, mas eu olho para trás, eu tinha a seguinte ideia na minha cabeça: “Eu sei que, se eu bater à porta do Cebrap, eles vão me acolher de braços abertos”. São pessoas que ficaram muito afeiçoadas a mim e eu a eles – o Fernando Henrique, o Juarez Brandão e vários outros. Mas eu pensava: “É um grupo basicamente marxista”. Não necessariamente do ponto de vista, assim, doutrinário, não estou falando de marxismo militante, mas um grupo com uma formação intelectual filosófica fortemente tendente para o marxismo: o Giannotti...

H.B. – Mais europeia, talvez.

B.L. – Mais europeia. E eu então pensei: “Minha formação realmente não se coaduna muito com isto. As minhas preocupações são outras” – eu sempre fui meio liberal de cabeça. Então eu vim para São Paulo para procurar emprego no setor privado.

H.B. – Mas eu queria uma pergunta, antes de a gente chegar em São Paulo, porque o Wanderley e... E quem mais estava se...?

B.L. – Lá nos Estados Unidos?

H.B. – É.

B.L. – Amaury, Edmundo...

H.B. – Amaury, Wanderley... Você não chegou a ter tempo com eles no Iuperj, nesse pequeno...?

B.L. – Não.

H.B. – Quer dizer, quando eles voltaram, quem ficou? Quando você deixa o Iuperj...?

B.L. – O Simon estava...

H.B. – Ficou o Simon...

B.L. – O Simon, o Edmundo...

H.B. – O Edmundo já estava, o Olavo já estava...

B.L. – O Edmundo não ficou nos Estados Unidos muito tempo. Ele não se deu bem e voltou. O Olavo então tinha sido promovido, tinha conseguido avançar um pouco na carreira – ele iria posteriormente para os Estados Unidos, mas ele já dava aula, já participava. O Renato Boschi, também. A Eli Diniz, evidentemente.

H.B. – A Elisa estava lá.

B.L. – Ia esquecendo dela, meu Deus!

H.B. – Mas a Elisa já estava desde o início com vocês?

B.L. – Sim, sim.

H.B. – Do grupo que veio de Minas?

B.L. – Não, a Eli... Não é Elisa. Eu estou falando a Eli.

H.B. – Eli Diniz?

B.L. – Eli Diniz. A Eli fez o mestrado. Naquela primeira turma, ela participou, concluiu ali o mestrado e foi se entrosando...

H.B. – E ficou.

B.L. – ...como parte do Instituto. Ela sempre foi parte do Instituto, desde o início. Então, eu não tive muita superposição com o grupo, com os nomes mais seniores do que viria a ser o Iuperj, posteriormente. O Carlos Hasenbalg, eu estou me esquecendo também. Ele tinha vindo da Argentina para conduzir um projeto de pesquisa sobre empresários. Naquela época, discutia-se muito a dependência, o papel dos empresários, a questão do nacionalismo, e ele então veio da Argentina para conduzir esse projeto. Isso na primeira fase do Iuperj, antes mesmo do início do mestrado, e veio a se integrar ao mestrado. Ele então ficou como parte do núcleo sênior que viria a tocar a coisa para frente. Posteriormente, ele foi para os Estados Unidos, também, mas naquele momento era: ele, o Simon, essas pessoas básicas que eu estou falando.

H.B. – Quer dizer, quando o Wanderley volta, você já não...

B.L. – Eu já não estava mais.

H.B. – E esse tempo que você ficou no Rio, você manteve contato em São Paulo?

B.L. – Pouco.

H.B. – Vinha sempre?

B.L. – Não, não. Pouco.

H.B. – Você se adaptou mesmo no Rio. Ficou lá.

B.L. – Sim, sim.

H.B. – É aquela frase do começo, “podia não ter saído do Rio”.

B.L. – Exatamente. Eu fui me adaptando aos lugares.

H.B. – E o Cebrap, então? Agora sim, o Cebrap, que é um centro importante, também, de referência.

B.L. – Isso. Aí, quando eu vim, uma influência... uma mediação importante foi o Carlos Estevam Martins. O Carlos Estevam era muito amigo do Fernando Henrique, muito amigo meu, e quando eu cheguei, até fiquei na casa dele algumas semanas, até me arrumar por aí, e ele... “Não, você está completamente maluco! Você vai para o Cebrap. Que negócio é esse de procurar emprego?” E fui. Então, eu chegando ao Cebrap, eles arranjaram lá um sistema, sob a forma de uma bolsa que me dariam durante alguns meses, até eu ver para que lado que eu iria. E acabei ficando dez anos, não é?

H.B. – Dez anos, não é?

B.L. – É. Fiquei de 1970 a 1980 lá. As dificuldades que eu previa não eram da minha imaginação. Numa certa medida, elas se apresentaram. Frequentemente, eu não conseguia expressar as minhas preocupações intelectuais. Como eu estava te dizendo antes, quando eu fiz a minha tese, eu não tinha um nicho, um financiamento, um assistente de pesquisa. Eu não tinha isso. Eu fiz a tese à noite, a tese na minha casa, sozinho. E eu participava... Quer dizer, eu fui me consolidando ali através do programa de pesquisa populacional. Então, vou te refazer a cronologia. Isto, o primeiro ano no Cebrap, em 1970. Ao cabo desse primeiro ano, começo de 1971, eu me via num mato sem cachorro: “Eu posso ficar aqui 80 anos, mas isso não é meu programa de vida. Posso tentar ir para o setor privado?”. O tempo vai passando, você vai perdendo essa ideia que você, no fundo, você é um intelectual, um pesquisador. Foi aí então que eu resolvi aceitar uma bolsa que me tinha sido oferecida para passar um ano em Yale, como parte daquele programa chamado *Direito e Modernização*. Me ofereceram essa bolsa, eu fui. Conversei algumas vezes com o diretor de lá, que vinha aqui para fazer contatos, e fui. Mas eu fui muito iludido quanto ao meu papel. Eu achava que eu conseguiria, em um ano, liquidar o

assunto da minha tese, com os dados que eu tinha coletado, e ao mesmo tempo, preencher a expectativa deles, de criar alguma coisa nessa temática, que estava proposta, era uma temática que estava nos corações e mentes, mas que não tinha densidade alguma. Era uma vaga formulação, uma formulação piorada da chamada teoria da modernização no campo jurídico. Não tinha densidade alguma. Eu cheguei ali e comecei a pensar, ver o que eu... para que lado que eu ia, quando eu me tornei consciente de que aquela discussão e aqueles termos que estavam formulados já estavam perdendo completamente vigor, porque uma musa mais alta se alevantava, que era o Roberto Mangabeira Unger. Bom, o Roberto Mangabeira Unger esteve lá em Yale, fez uma apresentação das ideias dele. Isso eu posso dizer com toda a franqueza porque eu sempre disse isso para o próprio Roberto Unger: para mim, aquilo era um bovarismo intelectual. Aquilo era uma espécie de revolução no campo do imaginário. Ele acreditava que ele ia refundar o liberalismo, ele ia refazer a tradição... Refazer, quer dizer, ele ia destruir o liberalismo como corrente de pensamento e ia edificar uma outra catedral filosófica no lugar, que seriam as ideias dele – ideias que até hoje eu acho frágeis, bastante frágeis. Eu li praticamente toda a obra dele, do começo ao fim. Eu sou chato nessas coisas. Eu, quando invoco com um campo de estudos, eu sento e leio do começo ao fim. Então, eu devo ser uma das poucas pessoas, se não a única pessoa no planeta, que leu todos os livros do Roberto Unger. E acho que não tem consistência filosófica. Sinceramente, acho que não tem. Acho que há uma mistura esquisita de um pouco de populismo com um bovarismo mesmo, uma espécie de um anarquismo romântico, uma ideia de um mundo sem tipificações de papéis, de instituições. Vamos dizer assim, um Rousseau com um certo quê de pós-Beatles, uma coisa muito... Eu não... Mas como eu percebia que as coisas se encaminhavam nesse sentido e percebia também que a influência desse modo de pensar já era muito forte fora dos Estados Unidos... Quer dizer, no Brasil, você olha o Fábio Comparato; em Portugal, o Boaventura Santos, se tornaram discípulos ardentes do Mangabeira Unger. Aí eu falei: “Isso aqui é murro em ponta de faca. Eu não vou perder tempo com isto”. Então, não fiquei lá até o fim do ano e acabei não fazendo nem a tese nem preenchi o papel que esperavam de mim. Voltei para o Cebrap, portanto, em 1972, desculpe, em 1973.

[FINAL DO ARQUIVO I]

B.L. – Voltando, portanto, dos Estados Unidos em 1973, eu voltei para o Cebrap, aí aconteceram algumas outras coisas que tiveram influência grande na minha trajetória e meu modo de ver o trabalho. Primeiro, a PUC de São Paulo resolveu criar um programa de pós-graduação muito direcionado para o pessoal que tinha sido cassado e, digamos assim, para... quase que uma forma de protesto, mesmo, em colocá-lo de novo em atividade. Então, convidaram o Octavio Ianni, o Florestan Fernandes e a mim e nós fizemos lá um mestrado de Ciências Sociais, que começou efetivamente a funcionar no início de 1974, e lá eu fiquei 23 anos. Eu não podia lecionar na USP, mas passei a lecionar na PUC. O programa, evidentemente, tinha condições extremamente precárias de funcionamento, a própria universidade era muito fraca na época, mas eu voltei, por este caminho, à atividade acadêmica. E a carga... Era à noite. Nós tínhamos que lecionar à noite; a carga didática era pesada...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – Com o início do funcionamento do programa de pós-graduação da PUC, eu me reintegrei, então, na atividade docente, que eu não tinha tido oportunidade, a não ser temporariamente lá no Rio de Janeiro. E o programa de mestrado, inicialmente, era muito interessante...

H.B. – E o mestrado era em Sociologia? Em Ciências Sociais? Ou o quê?

B.L. – Era em Ciências Sociais, numa definição bastante ampla. Eu, evidentemente, puxava mais para o lado da Sociologia política. Foi assim que eu vim a conhecer a Maria Tereza Sadek, que foi minha aluna logo na primeirapromoção; a Maria D’Alva Kinzo e diversas outras pessoas que estão aí em atividade, que participaram desse programa no início. E, em 1974, houve um outro fato importante, que foi a eleição. A eleição de 1974 foi um grande divisor de águas, no meu modo de entender, da chamada abertura política, que viria a ser a transição, posteriormente. Até por julho ou agosto, ninguém sequer dava notícia da eleição – supunha-se que os resultados eram favas contadas e que não teria importância nenhuma. Nem se falava nisso, nem na PUC, nem no Cebrap. Mas eu, farejando aí os... Eu sou descendente de comanches. Farejando o ar, eu comecei a sentir que não era bem assim e comecei a tocar no assunto ali com o Fernando Henrique e com outros, até que, num certo momento, o Fernando

Henrique, o Carlos Estevam e outros me procuraram para uma pequena reunião, dizendo: “O que você acha que a gente deve fazer? Vamos fazer um trabalho de acompanhamento disso aí”. Um deles sugeriu: “Que tal umas entrevistas, assim, qualitativas, para a gente ir sentindo?”. Eu falei: “Por que não uma pesquisa de verdade? Por que fazer meia dúzia de entrevistas qualitativas? Vamos botar o bloco na rua, vamos fazer uma amostra grande de São Paulo e nós vamos tentar dar conta do que acontece na eleição”. É meio surrealista dizer isto hoje, Helena, porque têm 80 pesquisas todo ano, mas não tinha, naquela época. Era tão surrealista a situação que, quando nós decidimos fazer, eu e o Fernando Henrique chegamos a escrever um ofício em nosso nome, assinamos, endereçado ao juiz eleitoral, pedindo permissão para fazer a pesquisa. Aí veio a resposta: “Isso independe de autorização judicial”. Aí que nós nos tocamos. É evidente que não depende de autorização. Independe. É só fazer. Livre fazer é só fazer. Então, nós fizemos. E eu então fiz a pesquisa, trabalhando 16 a 18 horas por dia, com estudantes, indo às favelas, entrevistando gente... Uma coisa louca, não é? Terminamos 900 e tantas entrevistas, veio a eleição e bateu direitinho o resultado. Então, nós tínhamos aqui a possibilidade de interpretação do que tinha acontecido. A eleição, naquela época, se realizava no dia 15 de novembro. Em janeiro, nós tínhamos o livro publicado a respeito do assunto. À medida que a coisa ganhou volume, o Fábio Wanderley e o Hélió Trindade, lá no Rio Grande do Sul, se reuniram àquele esforço, fizeram também trabalhos de pesquisa lá nos estados; o Vilmar Faria fez uma análise de dados agregados para o estado de São Paulo; o Fernando Henrique escreveu um belíssimo estudo sobre a história partidária aqui de São Paulo; o Carlos Estevam escreveu sobre a campanha; e nós fizemos um conjunto de textos que teve muita influência, não só acadêmica, mas política, na época. Teve influência política, porque aquele era o momento, compreende, em que os estudantes estavam em dúvida se ia haver uma luta armada prolongada no Brasil ou se valia a pena apostar na abertura política pela via eleitoral. E é claro que eu joguei tudo o que eu pude no sentido da abertura política, indo através de eleições e aproveitando os espaços que o regime proporcionava. Eu acho que isso foi o que aconteceu. Eu acho que é assim que se explica a abertura. Pode-se dizer que o general Geisel era clarividente. Pode-se dizer qualquer coisa. Mas o mecanismo foi a eleição. O mecanismo foi que havia um calendário eleitoral cujo funcionamento, cujo prosseguimento levaria, mais cedo ou mais tarde, a uma maioria de oposição no próprio Colégio Eleitoral, que é o que aconteceu em 1985, com a vitória do Tancredo. Então, a partir desse momento, eu então passei a ter, dentro do Cebrap, não exatamente uma área de pesquisa, mas uma certa legitimidade para ter

um grupo ali, pequeno, e buscar financiamento, e tal, para acompanhar a questão eleitoral e, cada vez mais, a questão institucional, as implicações do processo no médio prazo, e passei a escrever sobre isto. Isso me levou a produzir muitas coisas, muitos trabalhos – as pessoas que trabalharam comigo, também –, e por esse lado, foi, eu acho, decisivo. À medida que o processo de transição foi se completando, digamos, em 1981, 1982 e 1983, eu fui transitando cada vez mais para a discussão institucional, mesmo, de nova Constituição, sistema eleitoral – o que me levaria à Comissão Afonso Arinos, em 1985 –, e isso passou a ser um encaminhamento...

H.B. – Quer dizer, talvez esse tenha sido o momento em que a sua formação tenha se encontrado com a sua vocação profissional.

B.L. – Por um lado, sim. Eu acho que por um lado importante, sim. Se não tivesse acontecido, eu provavelmente teria voltado a uma vertente mais de teoria, mais filosófica talvez, mais no sentido que eu tinha ensaiado na tese ou naquela história da Filosofia do direito. Mas acabei indo na direção de pesquisa mesmo de campo. Constituímos aí um grupo na Anpocs, um grupo sobre partidos e eleições, que produziu muito. Eu acho que, não sei, talvez permaneça ainda, porque durou muito tempo. Enquanto eu permaneci na atividade acadêmica, ele existia e tinha uma função de amalgamar esforços. Só para você ter uma ideia, quando chegou 1982, o Joaquim Falcão se integrou a este trabalho, desenvolveu pesquisas lá em Recife, e fizemos, coordenadamente, uma atividade bastante extensa de... Aí foi ano após ano. Fizemos em 1974; em 1976, com o Fábio, o Hégio Trindade, o Olavo Brasil e eu, em cidades médias do Brasil; depois, em 1978, eu fiz novamente, fiz um livro chamado *Voto de desconfiança*; e aí foi indo. Eu parei de trabalhar nessa área a partir de 1982, porque aí eu fui mais para a temática institucional e, em seguida, para a questão que viria a ser da Comissão Afonso Arinos. É importante colocar aqui um parêntese, Helena, que é uma coisa que eu estou deixando de lado: eu nunca pretendi ser apenas um acadêmico; eu sempre tive uma veia muito política. Então, eu sempre tive participação na imprensa, eu sempre escrevi para jornais. Eu acredito que deva ter sido um dos primeiros a escrever na página três da *Folha*, por exemplo, ciência política, análise política. Desde lá de trás, aproveitando... Eu participei do primeiro ano, mais do que o primeiro ano, quando a revista *IstoÉ* foi fundada. Ela era quinzenal e eu passava, varava a madrugada na redação escrevendo para a revista. Então, nós fizemos... Enfim, eu fiz uma, digamos, eu sempre tentei cavalgar dois cavalos ao mesmo tempo. Nunca fui apenas envolvido na atividade

acadêmica, embora seja a minha identidade principal. Mas eu sempre tive... Eu cheguei ao despautério de me candidatar a deputado, em 1986. O povo, sabiamente, me derrotou, mas fui, tive a intenção.

H.B. – Mas, no meio disso, aconteceu o Idesp.

B.L. – Em 1980.

H.B. – Quer dizer, é uma coisa curiosa, porque no momento em que você encontrou um nicho importante para você no Cebrap... Rendeu menos? O que é que houve, para...?

B.L. – Eu acho que o Cebrap... É como eu te disse, o Cebrap acolheu bem o esforço que eu fazia, mas o esforço não tinha repercussão e nem tinha o espaço necessário. Era muito difícil negociar financiamentos, projetos, para a minha área dentro da estrutura do Cebrap. Então, eu fui percebendo, eu fui sentindo que o meu período no Cebrap também estava se esgotando, depois de dez anos, e saí. Saí para uma parada de arrumação, para pensar o que fazia. Eu saí por volta de agosto de 1980. O resto do ano, eu fui pensando e, em janeiro de 1981, eu estabeleci o Idesp, com o objetivo de procurar a pesquisa mais institucional, mais na área das instituições políticas e do Judiciário, tudo isso, com um enfoque totalmente diferente. É claro que não teve a abrangência e nem o sucesso que eu gostaria que tivesse tido, porque é muito difícil você gerir uma instituição. E era cada vez mais difícil, porque... Uma coisa que facilitou a constituição do Iuperj e depois do Cebrap era que aquilo era uma oportunidade cobiçada pelos estudantes de pós-graduações. Aquilo tinha um valor. Ir a um seminário do Cebrap, no início dele, era uma oportunidade, para muita gente. As pessoas apinhavam a sala de seminários. Com o tempo, as universidades foram se flexibilizando, as coisas começaram a acontecer por toda parte. Com a transição política, *n* instituições passaram a promover debates e a fazer estudos. Nos anos 90, veio o golpe fatal, que foi o computador e a internet. Quer dizer, quem podia ficar se informando pelo computador ia fazer o que no...? Os institutos foram perdendo o seu diferencial. Eu penso que nós fizemos trabalhos não só numerosos, mas inovadores em várias áreas. Eu destacaria o trabalho da Maria Tereza Sadek. Não é à toa que ela se tornou uma interlocutora do Judiciário. Ela hoje é uma interlocutora do Judiciário, através dos estudos que fez ali. O Sergio Miceli, com toda a linha de pesquisa cultural; uma linha de trabalho sobre

imigração e política que se desenvolveu lá... Enfim, trabalho houve muito, ali. Agora, à medida que nós fomos nos aproximando... Eu fiz, com o Amaury, aqueles estudos sobre elites, entrevistando, repetidamente, uma amostra da elite brasileira, o lado do Congresso Nacional. Acho que ninguém tinha feito isso antes no Brasil, que era chegar lá em Brasília e entrevistar todo o Congresso Nacional com um questionário fechado. Era uma experiência muito interessante. Mas quando foi se aproximando aí o fim do século – digamos, vamos tomar o ano de 2000 como referencial –, eu tinha a exata percepção de que nós estávamos na hora de parar. Conseguir um financiamento tinha se tornado impossível; o esforço para formular projetos, para negociar, para aprovar era sobre-humano; para motivar estudantes de pós-graduação para vir participar... Por que eles iam participar de um instituto lá no centro de São Paulo, se podiam fazer a mesma coisa na USP ou na PUC? Aquilo foi perdendo o sentido, e eu então...

H.B. – E depois, coincide com o momento da proliferação dos programas de pós-graduação no Brasil, também.

B.L. – Exatamente. Então, nesse momento, eu, digamos, eu capitaneei, com os meus colegas, eu tomei a iniciativa e capitaneei a ideia de fechar o Instituto. Você veja que, a essa altura, nós tínhamos adquirido a própria casa em que o Instituto funcionava. A Fundação Ford tinha nos dado uma casa enorme como patrimônio para o Instituto.

H.B. – Como é o nome da rua? Fui lá muitas vezes.

B.L. – É... Ai, meu Deus! Agora eu não vou lembrar. Mas isso é a minha idade.

H.B. – Mas a gente lembra daqui a pouco. Eu sei, também.

B.L. – Daqui a pouco eu lembro. Desembargador Guimarães. Rua Desembargador Guimarães, 21. Nesse momento, sentindo que aquela experiência estava exaurida e perdendo o sentido, perdendo funcionalidade, eu então decidi que nós devíamos fechar aquilo e, é claro que eu fiquei um pouco apreensivo de como a decisão ia ser interpretada entre os patrocinadores, as entidades brasileiras e também as internacionais que tinham nos apoiado, a própria Ford, a Fundação Tinker. Olha, me cumprimentaram efusivamente. Eu recebi cartas, duas ou três

cartas de grandes entidades assim dizendo: a América Latina tem umas cem experiências semelhantes, de gente que devia tomar a mesma decisão, mas que não toma porque fica preservando, e tal, uma coisa que já perdeu o sentido. E aí eu me senti extremamente aliviado e fui em frente.

H.B. – E aí pôde fechar?

B.L. – Sem nenhum problema.

H.B. – Não teve problema com...?

B.L. – Transferimos a casa para uma entidade sem fins lucrativos que é sobre a defesa do consumidor e eu então... Aí termina a minha atividade acadêmica. A década dos 90... Veja bem, um dado... Eu sou meio aristocrata e não falo de dinheiro, mas um problema também da minha carreira foi que eu não tinha remuneração. Com o negócio de ter sido aposentado pelo AI-5, eu não podia me vincular à universidade pública. Depois eu falo como é que eu vim parar na USP. Então, eu não tinha uma carreira universitária; eu tinha uma carreira na PUC. Na PUC, a remuneração daqueles tempos era tão modesta que eu cheguei a ficar seis meses sem ir ao banco buscar o dinheiro – um dia, eu fui, peguei tudo de uma vez e comprei umas quatro ou cinco camisas –, porque não tinha muito o que fazer. E aposentadoria, essas coisas todas, como é que eu fazia? Eu não tinha nada. Não tinha e não tenho nada. Nos anos 90, então, desde depois da Comissão Afonso Arinos, depois daquele período ali da transição propriamente dita, eu comecei a prestar consultoria privada na área econômica e política, e foi assim que eu me defendi durante os anos 90. Ao mesmo tempo que eu dirigia o Idesp, eu trabalhava com consultoria. Eu fui, por exemplo, consultor da direção do Banco Bamerindus, naquela época. O Bamerindus chegou a ser o terceiro banco brasileiro, e eles tinham um projeto de expansão para o exterior, então, eu acompanhei a direção do banco em umas dez ou quinze viagens: fomos para a Ásia, fomos para a Alemanha, fomos para o diabo a quatro, participando de reuniões. Então, com esse tipo de trabalho... para Londres... Com esse tipo de trabalho, eu arranjei a remuneração que eu não tinha, durante aquele período. Mas, do ponto de vista acadêmico, aí é que praticamente termina a minha atividade. De lá para cá, eu...

H.B. – Mas, antes de você terminar, você esteve numa comissão que é uma comissão importantíssima dali dos anos 80, a Comissão Afonso Arinos. E é um momento particularmente... É outro momento de grande mobilização da Constituinte, que você teve uma participação importante. Queria te ouvir.

B.L. – Eu queria falar sobre isso, e queria também voltar a um ponto que eu esqueci, que talvez seja uma curiosidade, mas que eu acho que é muito educativo para as jovens gerações: como é que eu fiz algumas das minhas pesquisas. Nos Estados Unidos, quando eu estava lá, para fazer trabalho de curso e trabalho de mestrado... Para as pessoas entenderem as condições atuais de trabalho, comparadas com aquelas. Eu queria dados eleitorais do estado de Minas Gerais. Minas tinha, naquela época, 755 municípios. Como é que eu vou obter esses dados eleitorais? Alguns estavam publicados em boletins, outros estavam ainda em forma bruta, matéria-prima. Nada, evidentemente, em computador. Eu pude trabalhar com esses dados porque a minha mãe, com folha de papel almaço, assim, deste tamanho, fazia... traçava linhas com a régua e lápis e copiava, no Tribunal Eleitoral, aquela maçaroca incrível e me mandava. Foi assim que eu obtive esses dados para trabalhar. Isso nos anos 60. Na eleição de 1974 ainda foi assim. Nós fizemos a toque de caixa e publicamos um livro em dois meses trabalhando desta maneira. Você vê, aquela pesquisa no município de São Paulo. São Paulo tem a sua geografia social e eleitoral. Você vê que hoje, na *Folha* e no *Estadão*, você vê um mapa da votação com as características sociais. Nós fizemos isso em 1974. São Paulo tinha 181 distritos. E 181 multiplicado por partido tal, partido tal, partido tal, partido tal é uma matriz gigantesca. Nós varávamos a madrugada, várias pessoas, um grupinho lá, no Tribunal Eleitoral, com papel almaço, copiando aquilo, para depois checar tudo na maquininha de somar para fazer as contas e para fazer aqueles estudos. Hoje, basta você dar um clique ali no computador e pronto.

H.B. – Ele faz essa conta.

B.L. – E se você quiser da Índia, tem também; se quiser da Indonésia, tem também. De onde você quiser, está disponível ali já em forma computacional. Então, é uma coisa louca. Eu me sinto traído, para dizer a verdade. [*riso*] Isso foi uma sujeira que o destino me aprontou. Mas então vamos falar da Comissão Afonso Arinos. Com a conclusão do processo de transição, a votação no Colégio Eleitoral, à medida que aquilo se aproximava e que era nítida a vitória do

Tancredo, começou-se a pensar como seria o futuro: houve um debate se haveria uma nova Constituição ou apenas emendas à Constituição existente, como é que seria isso; depois veio a discussão se seria uma Assembleia Constituinte tábula rasa, partindo de zero, ou se seria o Congresso Constituinte, ou o Congresso Nacional transformado, com status constituinte durante um certo período. Essas discussões muito azedas, durante um longo período. E neste processo surgiu então a figura do Afonso Arinos conversando com Tancredo Neves, a ideia da comissão. E o que eu soube, o que me disseram – eu não sei qual é a veracidade dessas coisas –, o que eu soube na época, é que o Tancredo iria nomear 14 pessoas para uma comissão, que eu seria uma delas, para nós trabalharmos intensamente num projeto, numa coisa básica de Constituição. O Tancredo, então, foi hospitalizado no dia da posse, 15 de março, ficou até 21 de abril no hospital e veio a falecer. Nesse período, evidentemente que a ideia ficou em banho-maria, ou esquecida, sem sentido. Com o falecimento dele, o Sarney assumiu, a ideia foi sendo pouco a pouco recolocada e o Sarney, então, no final de agosto de 1985, nomeou finalmente a constituição. Mas a essa altura, ela tinha 50 membros. E segundo os passarinhos comentavam aí na minha cabeça, a lista inicial de 14 tinha se transformado numa lista de 1.800. Então, haveria um problema político muito complicado para o presidente, e a própria natureza da comissão passou a ser uma dificuldade muito grande, e logo de saída se decidiu – acho que se decidiu acertadamente – de que ela se reuniria aberta à imprensa e aberta ao público, o que, do ponto de vista da transparência e da democracia, é inquestionável; agora, do ponto de vista da produção célere de um documento base, é claro que está errado, não é? Quatorze pessoas trabalhando intensamente em redor de uma mesa teriam feito um projeto muito mais consistente, em um prazo muito menor. A comissão acabou durando um ano e não sei quanto e produziu o projeto. Acho que o projeto teve muito valor. Mobilizou muito a discussão: todos nós fomos à imprensa dezenas de vezes para discutir temas constitucionais. Então, para mim foi uma experiência extraordinária, a participação, a discussão dos temas e o convívio, o convívio com as pessoas. Você imagina, era uma comissão que tinha diversos ministros – estava o Celso Furtado; estava o Célio Borja; o Raphael de Almeida Magalhães –, juristas aí de primeira grandeza – como o Cláudio Lacombe; o Vitor... o Miguel Reale; o Miguel Reale Filho; o Joaquim Falcão –, pessoas das mais variadas profissões – do clero, o padre Ávila... Então, foi um convívio, durante um ano – e nós nos reunimos 101 dias integrais, contando as reuniões de Brasília com as do Hotel Glória, com as de Itaipava e algumas em São Paulo, deu

101 dias de trabalho. É uma coisa extremamente intensa. E você veja que, nessa altura, para eu combinar isto com o Idesp e com a minha necessidade de ganhar dinheiro...

H.B. – E com a PUC.

B.L. – ...era um ritmo meio violento de trabalhos, você compreende? Bastante difícil, mas eu fui levando por aí. Depois disso, então, quando saiu a parte da comissão, a parte da transição do meu horizonte, é que eu passei a me dedicar mais à consultoria como forma de viver. Então, em 1995, eu me tornei sócio da MCM Consultoria, fiquei cinco anos como sócio da empresa, e finalmente parei. Essa é basicamente a história.

H.B. – Mas hoje você tem a Augurium, quer dizer...

B.L. – Mas é uma atividade pequena agora.

H.B. – Mas é ainda de consultoria?

B.L. – É. Mas é o básico, para eu sobreviver. Eu não tenho grandes... Eu me sinto, evidentemente, em condições de produzir ainda alguma coisa. Eu espero escrever mais três ou quatro coisas...

H.B. – Mas você falou da USP.

B.L. – Ah! Esqueci da USP. Logo da USP.

H.B. – É, logo da USP.

B.L. – Foi na época da... Um pouco antes da Comissão Afonso Arinos, a USP, em 1984, resolveu finalmente admitir professores que antes estavam impedidos, por razões de cassação de direitos, a participar do corpo docente. Eu então me reuni lá ao Departamento de Ciências Sociais. Mas eu enfrentei, Helena, um conjunto de dificuldades para mim inesperado. Primeiro,

eu tinha rodado tanto e por tantos carnavais, em tantas atividades que eu já não tinha mais como me adaptar a uma agenda diária de presença na USP, de reunião com estudante e tal.

H.B. – Era no Departamento de Sociologia?

B.L. – É. Eu era um fruto temporão demais, você compreende? Eu estava fora de época. Eu não estava mais no início da minha carreira; eu estava no fim, praticamente, e não tinha mais como me adaptar a requisitos, à atenção que os estudantes tinham que ter, que eu me sentia moralmente impelido a dar, mas eu não tinha mais como dar. Frequentemente, eu tinha que viajar para o exterior, na minha atividade. Ficou muito difícil. Por mais que os colegas me ajudassem, a Maria Tereza Sadek ajudou imensamente; a Maria Célia Quirino muitas vezes me substituiu em aulas, mas era uma situação inadequada. O outro problema era para mim inusitado: o meu doutorado não tinha sido...

H.B. – Ah! Reconhecido?

B.L. – ...reconhecido, e eu então só podia...

H.B. – Validado, não é?

B.L. – Validado. E eu só podia então lecionar na graduação, o que para mim era...

H.B. – Quer dizer, você criou duas pós-graduações...

B.L. – Eu criei duas pós-graduações. Eu tinha que assistir aula de Estudos brasileiros, matéria que eu tinha dado várias vezes. E aquilo foi se tornando realmente surrealista para mim e eu fui me desmotivando muito rapidamente. Isto foi em 1984 e 1985. A carga horária era um absurdo: duas vezes por semana, eu pegava uma classe de duas da tarde às seis e de sete às onze. Você percebe que eu não tenho voz, então, às cinco da tarde, eu já estava afônico, mas eu tinha umas quatro ou cinco horas para tocar. E aí eu decidi que ia sair. Nesse ínterim, veio a indicação para a Comissão Afonso Arinos, eu tinha uma razão legítima para me ausentar durante todos aqueles dias, como antes relatei. E foi o que de fato aconteceu. Mas quando

acabou a Comissão Afonso Arinos, eu ali em contato com as pessoas, eu decidi que não ia continuar. Permaneci na PUC – na PUC, eu cheguei a 23 anos de trabalho –, mas encerrei lá na USP. O reitor, naquela época, era o José Goldemberg e ele ficou furioso comigo. Ele ficou muito chateado. Ele me chamou à reitoria e eu expus para ele as condições. “Eu não posso ficar, não tem mais condições. Isso está fora do meu horizonte.”

H.B. –Você falou da sua atividade intelectual, mas também de uma atividade de analista político, e essa, eu acho que você nunca... Eu diria que até nunca arrefeceu.

B.L. – Não.

H.B. – Porque é um analista atento e envolvido, de certa maneira, com o percurso. Então, eu gostaria muito de ouvir a sua avaliação – e essa é mesmo para os estudantes – desse processo de redemocratização do Brasil. Como é que você vê o Brasil da redemocratização para cá? Se você tivesse que falar dos ganhos, se tivesse que falar do tema, que é um tema seu muito forte, da institucionalização... De fato, o Brasil mudou muito, não só o Brasil, a gente tomou o exemplo do computador, mas isso trouxe...

B.L. – No mundo inteiro. Eu vou começar pelo lado pessoal. Veja, eu tenho um modo de ver política. Não há nele novidade alguma, mas há muitas pessoas que não veem como eu. A maioria das pessoas com quem eu mantenho contato – em parte, na universidade, mas fora da universidade –, eu vejo as pessoas frequentemente pensando como se a posição em que nós estamos é a pior possível e temos tudo para melhorar e não melhoramos porque alguém está conspirando, alguma elite conspiradora prejudica o destino do país. Ou outras pessoas que são meio românticas... Eu mencionei o romantismo antes. Tem muito romantismo no Brasil, muito bovarismo, eu diria, as pessoas imaginando que política é uma atividade ou é um setor da vida social dispensável, que poderia não existir. Aí o mundo se, automaticamente, se reconciliaria e tudo daria certo, se não houvesse os conflitos políticos atrapalhando. E ideias desse tipo. Eu, não, eu vejo justamente ao contrário: eu acho que desde a simples situação de paz civil até o que um país consegue fazer, se faz pela política, no sentido rico da palavra, no sentido amplo da palavra. Diferentemente do que as pessoas imaginam, é possível melhorar incrementalmente. Agora, para piorar é fácil. Piorar é muito e é rápido. Qualquer país está

sujeito a isto. Não faltam exemplos. Eu sempre tive esta visão invertida do que as pessoas... Então, isto sempre me levou a escolher um partido, a escolher um lado nas questões. Quando havia Arena e MDB, eu dizia: “Meu lado é o MDB”. Em eleição de condomínio, eu faço a mesma coisa: tem um lado que eu apoio e outro que eu não apoio. Quando acabou a Arena e o MDB, eu... PSDB, o meu lado é o PSDB. Eu sempre escolho o lado que me pareça mais adequado. Então, isso me levou o tempo todo a me identificar com um lado e a trabalhar ativamente por este lado. Você não pode imaginar quantas vezes eu cruzei este estado de São Paulo, sozinho no volante, muitas vezes, de madrugada, um temporal louco, porque eu fui falar para meia dúzia de estudantes ou para meia dúzia de sindicalistas de algum lugar, ajudando a formar diretórios do PSDB e coisas desse tipo. Centenas de vezes, desde o início. Centenas de vezes. Muitas vezes, eu chegava em casa e dava... “Eu sou louco demais de estar fazendo isso”. Porque chegava a ser até perigoso, nas condições em que você trafegava: sozinho, em altas horas da noite e tal. Mas eu não só escolhia como dava um investimento, um esforço pessoal muito grande. Continuo a fazer isso até hoje. Aí então você me pergunta sobre a transição. A transição, eu sempre penso, voltando a 1974, à eleição de 1974. É em torno dela... Ela é o pivô de tudo o que eu penso a respeito desse processo, e já vou te explicar por quê. Consequentemente, eu nunca dei um grande peso, por mais que eu respeite, eu nunca dei um grande peso analítico a quem fala que a luta armada teve influência nisso. Eu acho que, se teve, foi para pior; não ajudou em nada a democracia no Brasil. Na época se dizia muito que a redemocratização era fruto de pressões de baixo, pressões populares. Que pressão popular coisa nenhuma! A pressão popular que houve se exerceu através da eleição. Sem desmerecer as greves do ABC. Num certo momento, foram importantes, mas por si só elas não levariam, elas não sustentariam um processo continuado e longo, político, levando finalmente à transição. Você não pode fazer greve o ano inteiro, o tempo todo, e nem uma greve, por importante que ela seja, mobiliza toda a população de um país. Isto não existe. Então, o canal da transição foi o processo eleitoral. Aí, sim, eu encontro dois elementos analíticos da maior importância para raciocinar. Primeiro, esta pressão sustentada que levaria, mais cedo ou mais tarde – isso nós fomos mostrando com as pesquisas – mais cedo ou mais tarde, levaria a um xeque-mate no próprio Colégio Eleitoral, forçando, portanto, os militares a dizerem: “Olha, ou nós abrimos ou nós fascistizamos isto”. Eles teriam que se ver diante dessa hipótese, à medida que o processo avançava e que a legitimação pela via eleitoral se tornava impossível. Então esse é um elemento básico de tudo o que eu pensei. O outro elemento básico é que eu nunca compreendi a teoria de

que o Brasil é um país de uma ideologia só, sendo ela autoritária. Não, o Brasil é, no mínimo, um país anfíbio de filosofia política liberal com traços autoritários muito fortes, também. Mas isto leva a uma dinâmica, como é que eu diria, a uma molécula ideológica muito mais complexa do que as pessoas em geral querem admitir. Esta molécula complexa sempre esteve presente na cabeça dos militares raciocinantes, dos que pensam. Nem todos naquela época pensavam. Havia muito brucutu. Mas um homem como o general Geisel... Não é que ele tenha valores, assim, idealizados, não estou dizendo isto. É um homem que raciocina, que sabe que governo nenhum controla uma sociedade em todos os aspectos, que toda sociedade é conflituosa. Quer dizer, os elementos fundamentais da filosofia liberal, ele tinha: a ideia de que você tem que ter instituições. Se você não tem instituições, você teria uma espécie de peronismo, ou uma espécie de chavismo. Nunca foi a cabeça de homens como o Geisel, ou como o Castello Branco. Não, eles pensavam institucionalmente. O Exército é uma instituição. O país tem que ter instituições. País sem instituições é país pretoriano. E, portanto, por mais que eles manipulassem, por mais que eles, em certa medida, até desprezassem os políticos e os partidos, eles sabiam que isto não podia ser destruído; tinha que ir tentando pouco a pouco aprimorar e trabalhar dentro desse compasso, dentro dessa moldura.

H.B. – Você atribui a isso o fato de o Brasil ter sido uma experiência de regime militar que nunca fechou?

B.L. – Claro! Claro! Que nunca suspendeu inteiramente as leis; que não suspendeu toda a Constituição; que tornou indiretos as eleições presidenciais, de governadores e das estâncias [mineraias], mas continuou havendo eleição para um número muito grande de municípios, apesar de tudo. Então, o calendário eleitoral, a ideia de que há um processo recorrente, a cada dois anos, de renovação, de preenchimento das instituições públicas, isso nunca foi abolido. Então, isso, para mim, era o alfa e o ômega da análise. Isso levaria, portanto, mais cedo ou mais tarde, como eu já disse – já usei essa expressão –, a uma situação de impasse no Colégio Eleitoral, que foi o que veio a acontecer em 1984 e 1985. É importante você lembrar, Helena, que quando veio o Colégio Eleitoral, o xeque-mate era de uma absoluta nitidez, porque ele estava nas duas candidaturas. O Maluf também era fruto de um xeque-mate que ele deu contra o candidato militar, dos militares em São Paulo, que era o Laudo Natel. Ele impôs a sua candidatura como figura política ao Laudo Natel. Portanto, os militares tinham perdido o

controle das duas candidaturas. O problema, portanto, era: primeiro, ganhar do Maluf; segundo, ganhar da linha dura, dos remanescentes. O próprio Figueiredo era um homem muito dividido, muito sofrido. O Figueiredo era um homem muito angustiado. Ele nunca se definiu direito, de que lado que ele pensava ou deixava de pensar, e chegou a não cumprimentar o Sarney na posse, coisas desse tipo. Mas o processo se deu, *grosso modo*, como eu havia pensado. A isso é preciso acrescentar, que muito antes do Colégio Eleitoral, fatos da maior importância vinham acontecendo dentro do próprio Exército que representavam esta luta entre os mais institucionalistas e os mais porra-loucas. O general Geisel tomou o cargo do Sylvio Frota, falou: “O cargo é meu”, e demitiu. Foi literalmente assim. O Sylvio Frota era o ministro da Guerra na época. Depois, na sucessão do Geisel, um episódio menos conhecido, mas não menos importante: o general Euler Bentes Monteiro fez uma campanha eleitoral quase aberta, para enfrentar o Figueiredo, dentro do processo militar. O general Euler viu Deus e todo mundo aí no Brasil para expor o que ele pretendia e, nesses contatos todos, ele sempre dizia que ia concluir a redemocratização do país e que não tinha conversa, e dizia com todas as letras: “Não faz sentido uma instituição militar se envolver nesse grau na política do país”. Dizia com todas as letras. Raciocinava claramente no sentido do que eu acabei de expor. Portanto, quando você chega no Colégio Eleitoral, você tem uma luta da oposição, condensada no Tancredo, contra os remanescentes civis de um lado corrupto e ditatorial, representados pelo Maluf, e você tinha uma luta dessa oposição contra remanescentes, como dizia o Geisel, “sinceros, mas equivocados”, do pensamento militar, gente como o Sylvio Frota, como o Niltão, como outros aí. Concluído este passo, portanto, a março de 1985, nós acordamos dentro de uma democracia, com seus defeitos, pode-se dizer... Cada um pense o que quiser da democracia, mas que o processo chegou lá, chegou. Aí fomos para a Constituinte, para todos os equívocos. Há um período aí de... Vamos dizer assim, da eleição do Tancredo até a eleição do Fernando Henrique, em 1994, eu acho que é preciso analisar com dois vetores. Há dois eixos aí em funcionamento. O primeiro, o bovarismo político do pensamento partidário brasileiro. O Brasil tem essa mania. Se você tivesse 800 siglas, seria o ideal, porque quase... Têm quantos milhões de eleitores? Cento e trinta milhões? O ideal seria 130 milhões de partidos. Cada pessoa seria um partido, e aí a verdade eleitoral seria perfeita. Bom, esse tipo de pensamento levou a uma fragmentação brutal do quadro. E mais importante do que a fragmentação formal, muito mais importante, foi a fragmentação da ideia – da ideia! – de uma transição política. Em vez de você pensar que vai se formular uma Constituição dentro de alguns balizamentos que as lideranças políticas vão

assentar porque são balizamentos sensatos, para ganhar tempo inclusive – o Tancredo pensava assim –, não, é um *free-for-all*, assim, vamos abrir a porteira e deixar a boiada passar. A Constituinte virou uma balbúrdia, por causa desse tipo de pensamento. Cada um tinha uma Constituição inteira para apresentar. Você não acredita quantas pessoas, quantos juristas eu conheci, na época da Comissão Afonso Arinos, que apareciam com um projeto inteiro de Constituição. Do primeiro ao último artigo, o sujeito tinha escrito tudo. E isso acabou predominando, acabou tornando complexo demais e avacalhado demais o processo, a Constituição. Não é à toa que o governo do Fernando Henrique teve que aprovar 35 emendas constitucionais. Porque a Constituição se tornou uma espécie de ameba. Ela podia ser interpretada de qualquer maneira, dependendo de quem quisesse... Ela não era economicamente liberal, nem economicamente intervencionista, nem... Ela era o que você quisesse que ela fosse. Isso, evidentemente, não pode ser. Lá na Espanha, por exemplo, quando houve a transição, instituiu-se uma comissão de 35 membros, 39 membros, se não me engano, que preparou um projeto. Aquele projeto, basicamente, é o que foi à votação, com economia de tempo e de uma maneira muito mais sensata. Não, nós fizemos pelo caminho complicado. À medida que este processo político de fragmentação da cabeça, da inteligência política, a fragmentação da razão política, à medida que isto foi avançando, havia um outro problema, chamado inflação. A inflação brasileira, nós não podemos analisar num quadro de dois, três, cinco ou seis anos. É de 33 anos! É de 1961 a 1994. O acumulado da inflação nesse período chega a bilhões por cento. Este processo inflacionário foi muito mais decisivo para a desigualdade do Brasil social e para a pobreza, do que o latifúndio. Todo o latifúndio aí que o pessoal fala, as sesmarias, as capitâneas hereditárias, a inflação fez muito pior. Bom, isso, então, quando nós chegamos ao governo Sarney... Aí é preciso lembrar... Metade do Figueiredo até o Sarney. Vamos reconstituir esse período, só para você ter a ilustração do que eu estou falando. O Figueiredo, com aqueles problemas de saúde. Em um certo momento, os mágicos da economia, as pessoas que acreditam que dois mais dois podem ser cinco numa boa, resolveram que o negócio era o país crescer 8, 9, 10% ao ano e defenestraram o Mario Henrique Simonsen, para quem dois e dois são quatro, sempre foram quatro, defenestraram e botaram o Delfim Netto no comando da economia. O Delfim fez crescer 8%, em 1980. Em 1981, uma recessão colossal, porque aquilo simplesmente não era sustentável, não era possível crescer naquele ritmo. O Brasil não tinha como pagar contas externas, não tinha como importar as coisas básicas, ele não tinha nada. Não era possível crescer naquele período. A inflação volta violentamente. O Brasil chega, em 1983

e 1984, a uma situação de não ter crédito *algum* no exterior. Sabe o que é um país tendo que pagar à vista porque não tem mais crédito? O Brasil chegou a esta situação. Você deve se lembrar que os aviões da Varig, em Nova York, tinham que pagar à vista o combustível para voltar ao Brasil. O Tesouro Nacional, também, todos os pagamentos que tinha para fazer, tinha que pagar à vista. Então, nós estávamos num mato sem cachorro, por consequência das loucuras dos anos anteriores, inclusive do general Geisel e do general Figueiredo. Bom, com a morte do Tancredo, sobe o Sarney. O Sarney confundiu completamente uma intervenção temporária, de emergência, que foi o Plano Cruzado, com a solução da inflação. É o que o Roberto Campos chamava “a ignorância desumana em economia”. Ele achou que o Plano Cruzado era miraculoso, porque resolvia os problemas da economia e lhe dava uma popularidade de 80%. Era uma coisa formidável! Mas, evidentemente, não era. Foi alertado por todos os economistas que aquilo não podia continuar, não deu ouvidos a eles, resultado: antes de concluir um ano, o Plano Cruzado simplesmente implodiu e o Brasil voltou com a inflação disparada; perda de credibilidade internacional... Enfim, todos os males de Pandora reapareceram. Mas ainda não estavam resolvidas algumas condições básicas para você enfrentar o problema. Você tinha que ter uma autoridade política legítima. O pessoal era messiânico com a eleição direta, a primeira eleição direta para presidente, que viria a ser o Collor, e messiânico também com o intervencionismo: “Se a gente decretar mais uns três pacotes aí e outro congelamento de preços...”. Aí veio o Plano Bresser, plano isso, plano aquilo. Cada um dava mais errado do que o anterior e agravava o problema. Então, dessa maneira, nós tivemos, no plano político, um processo de esfarinamento, de perda de foco, perda de agendas, os partidos perdendo completamente função, e no plano econômico, nós simplesmente caminhávamos para uma situação catastrófica. Em economia, a catástrofe tem um nome, chama-se hiperinflação. Em 1993 e 1994, a inflação disparava numa curva ascendente e chegaria, provavelmente, a 5.000% ao ano, que foi quando o Itamar Franco – que tinha então substituído o Fernando Collor, impedido – o Itamar então experimentou três ministros da Fazenda, no intervalo de poucos meses, e aí concluiu que não era por ali mesmo, que tinha que arranjar uma outra solução. Não morria de amores pelo Fernando Henrique, mas indicou o Fernando Henrique para o Ministério da Fazenda e aí se começou a tratar seriamente a questão. Não havia nenhuma outra questão no Brasil a se tratar naquele momento a não ser a inflação, porque tudo girava em torno dela. Você pode falar de programa social com inflação de 5.000%? Você pode falar de...? Do que se pode falar, antes de estabilizar a economia? É evidente que a estabilidade precede todas as

outras considerações. Então, ali se focalizou, se delineou um projeto tecnicamente consistente de estabilização e se levou isso à prática. Eu acho que o Brasil chegou a uma situação muito boa em muitos aspectos, a economia tem um volume, hoje, que dá ao Brasil um cacife grande, do ponto de vista internacional, mas nós continuamos sem conseguir focalizar aspectos comezinhos, realmente, sem conseguir focalizar aspectos triviais da situação. O Brasil tem uma economia produzindo, conseguiu crescer nos últimos anos, mas porque se atrelou à China como um exportador de matéria-prima. Funciona? Funciona. Mas não é o ideal para um país como o Brasil. O Brasil não pode ser um país desindustrializado. O Brasil não vai empregar essa multidão de gente que precisa se empregar, se não tiver uma indústria. É claro que esse caminho está errado, do ponto de vista mais estrutural. Eu, infelizmente, não acredito que o governo Lula ou Dilma tem esta visão do problema, até porque eles não têm visão nenhuma.

H.B. – Você é muito crítico dos dois governos?

B.L. – Totalmente crítico. Eu acho que o nível de formulação de política pública na economia é desastroso e a visão política é... Eu chego lá. Bom, então, eu diria isto quanto à parte econômica. Do ponto de vista do relacionamento entre as forças políticas, que é o calcanhar de aquiles, talvez, não me surpreende em absoluto o PSDB estar depauperado e o PT crescer em cada eleição. Isso, qualquer pessoa que lê análise política comparativa sabe que isso tenderia a acontecer: um partido que estabiliza uma economia fica impopular; o partido que assume depois, na esteira da impopularidade e faz populismo, ele fica popular. Mas isso é assim por toda parte. Não há erro nisso. É um longo período de ajustamento, até as coisas piorarem mais um pouco, para voltarem a um ponto de cessar. O que é extraordinário e o que assusta é a quantidade de gente supostamente pensante que embarca nesta canoa. Sabe que eu não tenho absolutamente nenhuma crítica a fazer, e muito pelo contrário, eu bato palmas, quando eu vejo que as pessoas lá da periferia pobre de São Paulo votam no PT. Acho formidável. Elas antes votaram no MDB, elas depois votaram no Fernando Henrique, elas depois votaram no Lula... Mas é isso mesmo. Elas estão tentando achar o que corresponde a elas. E não é isso que a gente espera que o eleitor faça? Mas é lógico que é isso que a gente quer que o eleitor faça. Num nível muito baixo de informação e de escolaridade, essas pessoas estão fazendo o que elas têm que fazer. Agora, quando eu falo... Mas aí eu olho a USP, aí eu olho as universidades, aí eu olho essa gente toda que aparece na televisão para falar a linguagem petista. Mas, meu Deus

do céu, o que é isto?! O Brasil regrediu intelectualmente. Essa aí é a triste constatação que eu faço. Regrediu no nível de formulação intelectual de uma maneira espantosa. O bovarismo, isso que eu chamo o bovarismo: a crença em clichês sentimentais... Um clichê sentimental: o Lula foi bom para o país porque ele tem um coração identificado com o coração da massa popular. Estamos em pleno romantismo alemão do século XIX, você compreende? Isso é uma conversa fiada. Você se identificar com a população pobre do país significa você fazer, do ponto de vista racional, uma economia, macroeconomia que sustente a ascensão desse pessoal no longo prazo. Aí alguém me diz assim: “Mas o Bolsa Família tirou não sei quantos trilhões de pessoas da pobreza”. É lógico que tirou. Por que ele foi possível? Porque antes você parou a inflação. Eu queria ver o Bolsa Família *antes* de parar a inflação. Mas essa relação, o pessoal não faz. Como é que você iria administrar um projeto para 13 milhões de famílias pagando, no fim do mês, uma cifra tal, com a inflação a 300 ou 400% ao ano? Você iria reajustar a cada 15 dias esses pagamentos? E você iria administrar isto? Absolutamente impossível. Então você tem que ver as coisas numa sequência. Aí criamos, no Brasil... Tiramos essas pessoas da pobreza e criamos uma nova classe média, que corresponde a 50% da população. É fantástico! Eu mesmo escrevi, com o Amaury, um livro sobre classe média, eu posso lhe dizer o tamanho da falcatrua intelectual que isso representa. É absolutamente certo que 50% da população está, num intervalo estatístico, entre 300 reais de renda familiar por mês e 4.500 [reais]. Aqui dentro tem 50% da população. Isso é verdade. Agora, você ver uma classe média no Brasil, isso é uma piada! Você criou, de maneira sustentável, um processo de ascensão destes 50%? De ascensão de nível de vida? Mas isso é uma piada! Veja bem, a crise bancária nos Estados Unidos... Reflita sobre a classe média dos Estados Unidos: a crise norte-americana afetou, de maneira drástica, os ativos, quer dizer, o patrimônio de todo mundo, do mais alto banqueiro ao... A classe média americana sempre teve alguns ativos importantíssimos e estáveis: a casa, por exemplo. Sempre teve uma boa casa, porque ela podia ir ao banco e, quando precisasse, ela dava a casa em hipoteca. Todo filme americano do século XIX fala na hipoteca, não fala? O sujeito hipotecava o *ranch*, o sujeito hipotecava a casa, pagava a hipoteca, aquelas coisas todas. Bom, de 2008 para cá, a casa típica, a casa clássica da classe média americana perdeu, em termos reais, 50% do valor. É dessa ordem, o buraco lá. Agora, imagina aqui, se você tiver um impacto maior de uma crise econômica. Esses 50% de que eles estão falando inclui gente paupérrima, paupérrima, que mora na periferia. É surrealista, o que as pessoas estão dizendo. O outro aspecto disso é o seguinte: ainda que a macroeconomia petista pudesse empregar

milhões de pessoas na Petrobras, no Banco do Brasil etc., isso jamais sustentaria uma classe média no Brasil. A classe média, no Brasil, além disso, tem que ter pequena empresa. O que eles fazem pela pequena empresa? Zero. Eles têm preconceito contra. É a pequena burguesia dos marxistas, entende? Eles jamais vão pensar nesses termos, de criar uma classe média robusta baseada em pequenos empreendimentos. Então, não se faz nada a este respeito. E querem que eu acredite nisso. É impossível.

[FINAL DO ARQUIVO II]

H.B. – Nós falávamos dos dois governos do Fernando Henrique, dois governos Lula e a quase metade do governo Dilma. É indiscutível a alteração que a gente presencia no Brasil. Quer dizer, você fez uma análise bastante consistente sobre o que seria a sustentação disso: uma estabilidade econômica, um controle da inflação e um dos fenômenos sempre muito falado, do qual você falava, que era, exatamente, a inserção de, uns dizem 50 milhões, outros dizem 90, outros dizem, enfim, 50% da população brasileira. Por mais que a gente tenha desconfianças a respeito dessa emergência e da possibilidade que a sociedade tenha de garantir com mais segurança que essas pessoas tenham uma chance de, de fato, sustentar a sua ascensão, tem uma alteração importante na sociedade brasileira. Então, como é que você vê o processo democrático do Brasil hoje? Como é que você vê a política no Brasil hoje? O que você acha, como analista político que é... onde está a força e a fragilidade desse momento, que é um momento especial, não só do Brasil diante de outros países, acho que isso é razoavelmente consensual, a repercussão e tal, mas internamente também, quer dizer, uma certa...? Deixamos de ser um país de vira-lata, lembrando o Nelson Rodrigues? O que é que você acha? Você acha que tem uma alteração importante nisso?

B.L. – Sem dúvida, eu acho que há uma alteração enorme, importantíssima, e por mais crítico que eu seja, eu gostaria de colocar essas críticas dentro de um quadro. Eu acho que o quadro, evidentemente, é de evolução, num sentido muito positivo. Eu sempre fui muito confiante de que, com o restabelecimento da democracia, o país melhoraria rapidamente, e eu acho que isso aconteceu. No Brasil, a gente deve destacar o restabelecimento da democracia, que eu acredito que esteja – não quero usar a palavra consolidada – mais robusta, está forte, está evoluindo; em segundo lugar, esse processo se deu trazendo as forças mais radicais, ou mais nos extremos... Eu não quero usar a palavra extremistas porque isso seria falso, mas as tendências – tanto a

direita como a esquerda – com posições mais radicais praticamente desapareceram, vieram mais para o centro. Isso é muito bom. O PT cresceu e, com isso, esvaziou os grupos antissistema, os grupos de luta armada e tudo aquilo, e do lado da direita você não vê mais aqueles grupos e aquelas pessoas que se posicionavam claramente contra a democracia, com um discurso fascistóide. Também você não vê mais. Então, é claro que houve uma convergência muito grande de forças políticas, no bojo da transição. Isto está sustentado, também, num consenso crescente quanto à necessidade de uma política social ativa. Quer dizer, não tem ninguém mais no Brasil que diga que a situação de desigualdade é sustentável. Antigamente, você ouvia os maiores disparates, até justificações de caráter religioso para as desigualdades. Isso desapareceu. Hoje, eu acredito que a cabeça dos brasileiros, de qualquer setor, de qualquer nível de escolaridade, é de que é um processo progressivo de aproximação de condições sociais por meio da economia e de políticas sociais ativas. Vê que não é pouca coisa. Isso aí é de uma extrema importância, muito grande importância. Então, quando eu digo que discordo e critico, eu me refiro a certos aspectos. A sustentabilidade da classe média, eu acho que não é tão fácil assim. Por que nós não temos uma política vigorosa para pequenas empresas, se nós temos, quase que semanalmente, socorro via BNDES para indústrias que deveriam ser capazes de sobreviver sozinhas? Coisas desse tipo, eu acho que precisam ser consideradas. E por que nós não temos um esforço educacional mais sério e um esforço tecnológico mais sério? Aí são críticas, digamos, a aspectos importantes, mas que não negam a existência de um quadro de avanço sucessivo, de jeito nenhum. Isso sem dúvida. Agora, no frígido dos ovos, o Brasil deixou de ser vira-lata? É parte do Primeiro Mundo? Onde é que nós estamos? Deixar de ser vira-lata, no sentido do Nelson Rodrigues, eu acho que deixamos, porque essa imagem se referia a um país sem autoestima, e eu acho que, decididamente, isso acabou. Eu acho que isso acabou, sabe quando? Em 1958, com a primeira Copa do Mundo. Isso era um discurso muito dos anos 50, muito de autohumilhação. E, com o tempo, através de esforços em todos os setores, isto foi ficando para trás. E é muito bom que tenha acontecido. É claro que, em alguns pontos, as nossas falhas são gritantes, gritantes. Uma delas: o próprio esporte. O esporte não profissional ou semiprofissional é uma catástrofe no Brasil, é péssimo. A área educacional, nós damos vexame em todos os exames internacionais. Então há pontos muito sérios. Agora, tudo isso nos... Tecnologia, eu acho que nós precisávamos avançar muito mais. Mas tudo isso, em última análise, nos leva a um ponto central, que é a qualidade da elite dirigente do país, a qualidade da elite política do país. Este é o ponto, não é? As instituições,

às vezes, passam por crises de deslegitimação muito sérias, porque parece que a... E há um outro problema também: quando a gente usa a palavra “qualidade”, sempre aparece alguém dizendo que a gente é elitista, que a gente está usando um método abstrato de avaliação. Eu não penso isso, não. Eu acho que cada país, em certos momentos, por razões compreensíveis, ganha ou perde qualidade na sua classe dirigente. Isso me parece fora de dúvida. Eu vou te dar uma referência bem simples quanto a esse pensamento. 20 anos atrás, 25 anos atrás, se você olhasse para o Congresso Nacional, você, sem nenhum esforço, indicaria 20 ou 30 pessoas de expressão nacional exercendo o mandato de deputado ou senador. Hoje, se você chegar a cinco, eu vou bater palmas para você. Vai ser muito difícil.

H.B. – Mas a gente não pode dizer também que essa diluição, ou pelo menos esse quase anonimato é também uma expressão da ampliação da participação?

B.L. – Não. Eu acho que não. Em um outro sentido, sim. Eu vou voltar a esse ponto seu. Esse é um ponto importante, eu vou voltar. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: a política democrática, a política dos países democráticos, ela não carece de líderes; ela precisa de lideranças expressivas, legítimas, bem-vistas aos olhos do povo. Eu posso discordar do seu líder, você pode discordar do meu, mas nós sabemos que temos líderes no Congresso, na imprensa, no Senado. Eu acho que o Brasil, hoje não tem, porque houve uma queda muito forte de qualidade, de expressividade.

H.B. – Você acha que isso é um fenômeno brasileiro?

B.L. – Eu acho que no Brasil – talvez na Argentina – é mais agudo do que em outros países. E, certamente, nós nunca tivemos isso no Brasil. É a primeira vez que isso acontece no Brasil nessa escala. Agora, eu vou tentar te explicar, porque eu não quero ficar na avaliação subjetiva, vou tentar te explicar como é que isto aconteceu. Isto aconteceu assim... Vou primeiro mencionar um fato que é incontestável e que explica uma parte do problema. É que nós tivemos, por infelicidade, no intervalo de 15 anos ou, no máximo, 20 anos, o falecimento de uns 15 ou 20 líderes importantes: Tancredo, Ulysses, Franco Montoro, Severo Gomes, Mario Covas... De uma vez, foi um grupo muito grande que morreu, saiu de cena, abruptamente, sem tempo para serem devidamente substituídos. Isso é fora de dúvida. Em segundo lugar, o período militar,

um regime militar, segurando um país plural, um país urbano, um país muito vibrante, tinha que provocar consequências muito negativas a longo prazo. É como se eu interviesse na ecologia de uma ilha do Pacífico e matasse o bicho errado. Eu mato o bicho certo e faço proliferar o bicho errado. Então, o que acontece? Os militares impediram, ou dificultaram a substituição da elite política pelos canais mais robustos, pelos canais mais importantes, de gente que vai desde vereador, ganhando credibilidade, etc. Eles lançaram uma atmosfera negativa, de irrelevância – pior que corrupção –, de *irrelevância* sobre a classe política, e isso teve um efeito terrível. Isto coincidiu, também, o mesmo período coincidiu com uma mudança profunda na estrutura das profissões. No momento em que... Até, digamos, 1964, a profissão que impactava principalmente a política era a dos advogados. Eles que davam o tom. Mas ali estava havendo uma transição para os economistas, e os economistas, diante de um quadro em que há um regime ditatorial, quer dizer, mesmo que eles tivessem alguma vocação para a política, eles não têm os instrumentos pessoais, a retórica, a inclinação, e ainda estão num regime ditatorial e estão entrando numa carreira altamente gratificante em termos intelectuais, em termos de desafio científico, resultado: criou-se uma profissão muito mais voltada para universidades mundiais, para universidades cosmopolitas do que para o quadro político interno. Então, com isto, você veja, o recrutamento para a atividade política foi perdendo qualidade, porque os advogados estavam deixando de ter a velha importância e os economistas não estavam substituindo, então, nós estávamos entrando aí num período complicado. E aí vem o fator propriamente político. À medida em que você represa a atividade política durante tanto tempo... O tempo não para. Você represa, abstratamente, supostamente, o processo político, mas ele continua lavrando. Então, o que acontece? Constitui-se uma força política poderosa em termos eleitorais que não tem e que não terá tão cedo – estou falando lá atrás – capacidade de exercer o poder com toda a racionalidade possível. Esta força viria a ser o PT. Por que eu digo que ela ascendia sem ter toda a representatividade possível? Se você voltar, digamos a 19... O PT foi formado em 1979. Se você voltar a 1985, você está falando de um partido que se recusou a ir ao Colégio Eleitoral, que expulsou três membros que foram; que não assinou a Constituição; que se recusou até a autorizar um membro seu a fazer parte do governo Itamar Franco, que era uma espécie de governo de união nacional – a gente tinha acabado de passar por uma crise séria. A Luiza Erundina, para assumir o Ministério da Previdência Social, ela teve que sair do PT. Então, ou seja, você criou uma força política eleitoralmente poderosa, mas que não está, estava disposta a assumir responsabilidades de governo correspondentes à sua importância

eleitoral. A gente está falando de uma força política com um pensamento claramente romântico, *claramente romântico*, quer dizer, os pobres e os ricos, os puros e os impuros, os gananciosos e os altruístas. Quer dizer, era um discurso absolutamente de utopista russo do século XIX, o início do PT. Então, era, portanto, uma..., como eu disse, uma corrente política intelectualmente despreparada para o poder. E isso é mais espantoso ainda se você considerar que muitos dos líderes, das pessoas expressivas do início do PT tinham formação marxista, tinham formação histórica. O marxismo tem mil defeitos, mas pelo menos te ensina a pensar, com [inaudível], com história, com processo. Não, essas pessoas voltaram a um cristianismo de catacumbas, a um discurso absolutamente abstruso, que foi o que permitiu, inclusive, a expansão rapidíssima do PT, em termos eleitorais. Bom, aí você veja que nós estávamos indo para uma situação muito complicada: esse partido não tinha economistas de nível alto, não compreendia o fenômeno da inflação, tanto assim que bateu de frente com o Plano Real, que era a primeira coisa séria que se fazia contra uma inflação de 33 anos – bateram de frente, negaram completamente –, e sempre numa posição de contestação. O que é uma posição de contestação sistemática? Um partido que faz contestação sistemática, o que está fazendo? Está acumulando forças eleitorais sem botar a mão na massa. Eu não boto o meu pezinho aí, não. Se eu botar o meu pezinho aí, eu vou sujar o meu pezinho. Então, eu entrar aí, fazer uma aliança com gente que quer resolver o problema, eu não faço. Eu fico de fora, criticando quem está tentando resolver o problema. E assim foi até o Lula chegar ao poder. Então, eu estou tentando me ater a fatos bem evidentes, bem indiscutíveis. Quando o Lula chega ao poder, deu-se o que é óbvio que daria: não havia programa nenhum, não havia entendimento nenhum de nada. Oito anos de governo Lula, as pedras da minha rua, para usar um clichê, sabiam qual era a situação da infraestrutura brasileira, dos portos, aeroportos, telefonia, e o que se fez nessa área? Nada. Nada multiplicado por nada, em oito anos. O que ele fez de bom? O que ele fez de bom foi não fazer nada. Quer dizer, ele manteve o sistema de política econômica do Fernando Henrique: o câmbio livre, a prioridade da inflação baixa, a situação fiscal mais ou menos em ordem. Ele manteve. O grande mérito do governo Lula foi não fazer nada, foi manter essa sequência. Agora, a área em que ele foi arrojado, que foi a área social, do Bolsa Família, eu acho que fez muito bem. Eu, com toda a sinceridade, não teria feito na velocidade com que ele fez, porque um programa de tal complexidade devia ter um acompanhamento de avaliação. A cada aumento que você fizesse, você devia ter instrumentos de avaliação para ver se você está alcançando seus objetivos. Mas ele queria ganhar eleições, então, ele fez a toque de caixa. Ganhou as eleições

e criou uma série de disfunções no programa. Sabe-se que, em diversas áreas do Nordeste, as pessoas não querem trabalhar porque é melhor ficar recebendo o dinheiro do Bolsa Família. Eu acho que, coisas que poderiam ter sido evitadas. Mas, enfim, fez, foi bom que tenha feito, está aí para ficar e parabéns. Agora, o ponto que eu toco... Daqui a pouco eu volto ao Congresso, mas o ponto que eu quero tocar é o seguinte: um presidente que finalmente dispunha da condição que se desejava no sistema político, um presidente legitimado pelo voto, com apoio popular, que mantém uma aprovação popular elevadíssima durante todo o seu mandato, o que ele fez...? Isso é poder. O que ele fez com esse poder? Eu diria: nada. Ele manteve a política econômica anterior; ele fez um programa social que não tem ninguém contra... Quem é que pode ser contra redistribuir 1% do Produto Nacional sob a forma do Bolsa Família? O que ele fez na infraestrutura? O que ele fez...? Nada. Rigorosamente nada.

H.B. – E o apoio tão extensivo que ele tem dos empresários?

B.L. – É claro, ele mantém a política de juros estratosféricos, sem nenhuma necessidade, não é? O Fernando Henrique manter juros altos fazia todo o sentido, porque era uma fase de estabilização. Inclusive, houve um momento que foi preciso puxar os juros violentamente para cima. Agora, os juros altos, na era Lula, foi uma bela remuneração para os bancos. Os bancos ganharam dinheiro como nunca. Tinha banco aí estrangeiro que ganhava, no Brasil, o essencial para fechar as contas em nível mundial. Quer dizer, então, eu acho que era poder demais nas mãos de um governo para não fazer nada. O partido... Agora, só para concluir o PT, antes de voltar ao Congresso Nacional: eu... muito antes de mensalão e muito antes de Rosemary, eu falava da corrupção do PT. Porque não era mistério para ninguém isto. Quem acompanha sabe. E, obviamente, os petistas amigos meus ficavam irritadíssimos. Mas por falta de perspectiva. Eu não conheço nenhum partido de massas, nunca houve um partido de massas que crescesse a partir de um grupo ideológico e chegasse ao poder sem se corromper. Eu nunca ouvi falar. O Robert Michels escreveu, em 1914, um livro sobre isto, sobre o Partido Social Democrata Alemão. Mesmo nos Estados Unidos, se você volta à chamada democracia jacksoniana, do presidente Andrew Jackson, que começou em 1828 e foi até os anos 60, foi parecido com a época do Lula, quer dizer, houve uma espécie de democratização, uma elite tradicional perdeu o poder, em proveito de um grupo mais médio, de médio escalão, de sindicalistas e tal, e houve uma corrupção lascada. Agora, nos Estados Unidos, o estrago não foi grande, porque os Estados

Unidos já eram um país muito institucionalizado: os Estados Unidos já tinham uma Constituição brilhante; a Universidade de Harvard e a Universidade de Yale já existiam. Quer dizer, a democracia jacksoniana não conseguiu complicar demais a vida dos Estados Unidos. A democracia lulista, eu tenho medo, ainda, de que venha a complicar, porque pretender negar a má qualidade dos quadros e o nível de corrupção do partido leva o próprio Lula, e diversos outros líderes, a uma prática da mentira sistemática que parece Goebbels, parece uma repetição, até te cansar, até te vencer pelo cansaço, de tapar o sol com a peneira. É óbvio que tem corrupção por toda parte. Muito antes de mensalão tinha. Ribeirão Preto, São José dos Campos, Santo André... Quem é que não sabia dessas coisas? Todo mundo estava cansado de saber. Então, eu acho que faltou – faltou por interesse ideológico e faltou por má qualidade intelectual –, da parte dos petistas, a análise desses fenômenos e a tentativa de corrigi-los. A prioridade de conquistar a máquina estatal como projeto de poder, projeto de poder de longo prazo, ideológico... O José Dirceu nunca fez segredo disto. Agora passou a fazer, não é? Isso levou o PT a uma espécie de enrascada em que não tem mais volta. Ele queimou os navios atrás de si. Ele não tem como atravessar de volta. Agora ele tem que continuar mentindo eternamente, e isso é muito ruim para o país. Aí eu volto ao Congresso Nacional. O Congresso Nacional, pelas razões todas que eu te alinhabei, perdeu qualidade, é evidente que perdeu. Ele consegue, às vezes, votar contra um projeto, assim, feito uma debandada, empurrado por grupos de interesse. Se certos grupos de interesse poderosos agem *pra* valer dentro do Congresso, eles votam. Os ruralistas, por exemplo, você não toque com eles. Porque eles são organizados. Eles são organizados. Eles podem ter mil defeitos, mil qualidades, mas não tenha dúvida, se você quer mexer num interesse rural, você saiba que eles vão se mobilizar em nível nacional. Aconteceu com o Código Florestal e vai acontecer todas as vezes que isso for preciso. O negócio dos *royalties*, agora, quase que perdeu o rumo, também. A Dilma vai vetar lá aquele dispositivo das licitações, talvez ela consiga. Agora, fora daí, o que foi que a Dilma aprovou, em dois anos, mantendo níveis de popularidade maiores até que os do Lula? Nada. Zero. Então, eu volto a te dizer, é poder demais para nada. É muito chumbo para pouco pardal.

H.B. – Mas isso é a qualidade de Parlamento ou é...?

B.L. – Dos dois. É a má qualidade do Parlamento – não há lideranças que conduzam aquilo; os partidos que estão ali... Vamos dizer francamente: o PMDB é um balcão de negócios. Aqueles

partidecos todos dependurados ali estão agarrados a feudos clientelistas, ou coisa pior. O PCdoB, no Ministério dos Esportes, para que é? Projetos superfaturados com ONGs do Brasil inteiro. Vários desses projetos, devidamente revelados que havia corrupção da grossa. E por aí vai. Então, os partidos ali, eles variam... Eu estou falando agora dos médios e pequenos. Eles variam do irrelevante ao não expressivo. Não é à toa que a Dilma quer levar o Kassab e o PSD para o poder, porque é o quarto partido agora em força numérica e o Kassab, bem ou mal, é um líder político e deve ajudar. O quadro partidário é tétrico, absolutamente tétrico. O quadro pessoal, de lideranças, pelas razões que eu tentei expor, é tétrico: não há lideranças nacionais visíveis ou com influência suficiente. O próprio PT, que é o partido, digamos, que é a mola que deveria conduzir esse processo, se você fizer uma análise sociológica – eu apenas alinhabei aqui assim alguns pontos –, você vê que não é um partido preparado para isso. Portanto, o que eu digo é que isso vai deixar um estrago considerável no Brasil. Seria menor o estrago se o presidente da República exercesse a liderança política que está faltando, você entende? O Fernando Henrique aprovou 35 emendas constitucionais. Emendas constitucionais! 60% dos votos de cada Casa duas vezes, em separado, quatro votações difíceis. Fez! Porque havia uma liderança, havia uma agenda, havia uma visão por trás do programa. O Lula não tinha visão nenhuma. O Lula falava pelos cotovelos, viajava pela África, ia a Cuba, voltava... Era um espalhafato constante para quase nada de iniciativa. O Lula tem horror de arbitrar conflitos, quer dizer, ele ter que dizer: “Eu tomo aqui essa decisão. Você sai perdendo, você sai ganhando, e eu vou explicar porque”. Ele não diz isso e dá um jeito de os dois lados saírem satisfeitos. Isso não é fazer política. Governar é escolher. Você tem que escolher. O Lula não escolheu em nenhum momento do governo. A Dilma é muito mais enérgica do que ele, ela está disposta, evidentemente, a pisar em alguns calos. Agora, o primeiro calo em que ela pisou *pra* valer foi um erro calamitoso: o do setor elétrico. Ela simplesmente periga de botar as empresas elétricas em falência total. Já está... Há um desequilíbrio... O diagnóstico é assim: a eletricidade está custando demais, a tarifa está alta demais. Formidável. Como é que você resolve isto? A teoria econômica diz assim: produza mais, aumente a oferta, aí o preço abaixa. Não, ela resolve baixar na marra. Ela vai lá, abaixa na marra, dá uma medida truculenta. Bom, ela cria um conflito absolutamente irracional; os estados de Minas, Paraná e São Paulo reagem, dizendo que não vão aceitar este acordo; e ela então vem com o dedo em riste e diz: “Isso é coisa de tucano. Isso é tucano me sacaneando”, com aquela *sutileza* de raciocínio que ela às vezes demonstra. É claro

que isso não pode dar certo. Pode até dar certo, mas que me preocupa, preocupa. Estão semeadas, no Brasil, as condições para um estrago de longo prazo, infelizmente.

H.B. – Eu, quando te ouvia falar, fiquei me lembrando da literatura sobre partido que a gente lia no tempo de formação de Ciências Sociais, que é de uma certa recorrência, a incapacidade dos partidos brasileiros de se apresentarem como tal. Você não acha que essa sua avaliação é uma avaliação que é um pouco tributária dessa perspectiva de uma certa... de uma visão muito pessimista, ou pelo menos de uma expectativa diferente de organização partidária, como se o Brasil fosse um exemplo na contramão de democracias mais consolidadas?

B.L. – Não, não. [risos] Eu já fui criticado inúmeras vezes, como se eu tivesse uma régua, um padrão ideal que eu estou ditando. Não, eu não estou dizendo... E eu nunca falei que o PSD era incompetente. Nunca. Eu nunca disse que o Partido Comunista, o PCB, era incompetente. Com tudo que se diz, eu não acho que o PSDB é incompetente. Por baixo, derrubou a inflação de 33 anos. Por baixo, não é? Eu digo que o *PT* é de uma incompetência monstruosa. Ou antes, é de uma competência seletiva e perversa, porque é espetacular para ganhar votos. É aquele negócio do Vilfredo Pareto: manipular símbolos perversos, simplistas, para ganhar a atenção das massas. Aquela literatura profascista: Sorel, Pareto, etc. Aquele tipo de manipulação simbólica, o PT faz com perfeição, e ganha votos a rodo. Agora, o resto do dever de casa, ele não faz. Esse que é o problema. Então, até não quero usar a palavra competência. Estou dizendo que ele... As prioridades dele para se constituir o levaram a se desenvolver em três etapas. A primeira etapa, o discurso romântico, de catacumba, semirreligioso, que é: os ricos gananciosos; os pobres altruístas, sofridos. Bom, não é difícil você ver para onde vai a maioria no Brasil. Segundo: a partir desse núcleo inicial, precisava então ganhar postos de governo e formar finanças para se constituir como uma máquina eleitoral. Isto, evidentemente, seria feito à medida em que o partido ganhasse prefeituras de cidades médias, porque aí já haveria um certo orçamento, comportando algum superfaturamento, e uma certa complexidade. Ele ganhou, fez a lição de casa: aprendeu a fazer superfaturamento e caixa de campanha. Bem mais um pouco, chega à Presidência. Bom, a terceira etapa. A terceira etapa é como eu te disse, é Robert Michels: esse partido se torna uma máquina burocrática; dá uma banana para os ingênuos, que achavam que ia ter assembleia toda semana, que o partido se financiava vendendo correntinha; o romantismo anterior vai para o brejo; e assumem o poder de fato

lideranças sindicais, que adoram a *Carta del Lavoro*, da Consolidação das Leis do Trabalho. Eles falavam mal antes, mas agora as Centrais Sindicais, que a conta do custeio em Brasília paga com dinheiro público – uma maravilha! –, influenciam amplamente as decisões. Enfim, a máquina partidária e a máquina sindical chegam ao poder, acham isso maravilhoso. E de onde, nessa panóplia, nesse universo estelar que é a liderança petista, de onde vai sair a energia para combater a corrupção no partido? Do Lula não vai; do José Dirceu não vai. É o Eduardo Suplicy que vai fazer isso? É o Tarso Genro? Eu acho que, favas contadas, o partido vai continuar corrupto.

H.B. – Talvez seja a sociedade, mesmo. É possível que...

B.L. – Bom, talvez, o Judiciário, não é?

H.B. – Sim.

B.L. – Talvez, o Judiciário.

H.B. – E é possível que a sociedade tenha amadurecido. Esse é o começo dessa conversa.

B.L. – Aí sim.

H.B. – E, num certo sentido, é um tempo muito curto de exercício de poder, talvez.

B.L. – Concordo. Isso aí eu concordo. Eu não estou querendo que esse problema seja resolvido da noite para o dia. Eu sou incrementalista. Agora, de fato, você tem razão: o combate à corrupção – leia-se, basicamente, a corrupção petista – veio pela imprensa e pelo Judiciário. No que tange à imprensa, leia-se, principalmente, *Estadão* e Grupo Abril, no que diz respeito ao Judiciário, leia-se STF, processo do mensalão, que são os dois alvos da crítica agressiva do PT atualmente. Eles querem uma lei de imprensa para fechar o Grupo Abril, se possível, ou pelo menos para botar uma mordaca no Grupo Abril, na revista *Veja*, e vão fazer o possível para desmoralizar, ou pelo menos afrouxar a decisão do STF. Esse é que o problema. A sociedade está reagindo por esses dois caminhos. Esses dois caminhos são fortes – são fortes!

–, mas todo partido populista que se preze ataca esses dois caminhos, porque ele sabe que é aí que a pressão emerge. O que está fazendo a Cristina Kirchner, lá na Argentina? Está querendo fechar a imprensa. Está querendo, se possível, fechar ou amordaçar o Grupo Clarín e assumir praticamente o controle de cento e tantas entidades jornalísticas na Argentina. O Congresso de lá é menos relevante até do que o daqui, porque o peronismo é... O peronismo argentino é um azar de longo prazo, desses que eu tenho medo. Depois que você pega um partido populista, ele cresce *pra* burro e ocupa todo o centro do espectro político, da margem esquerda até a margem direita... Lá dentro, eles brigam feito louco, mas se unem e rechaçam qualquer tipo de oposição. Bom, aí é fogo. E como é que você sai disso? É o problema argentino. Isso é absurdo como cenário para o Brasil? Eu acho que é, mas... *No creo en brujas, pero que las hay, las hay*. Aqui, o Brasil é uma federação; o Brasil tem um partido que nem o PMDB, que cuja ficha não é tão limpa assim, mas que pelo menos está ali no meio, dificultando uma monopolização do poder. Então, eu acho que o cenário argentino, no Brasil, é pouquíssimo provável, mas eu prefiro alertar contra ele do que fazer de conta que ele não existe.

H.B. – Eu ia fazer uma pergunta, mas é muito polêmica. Boli, vamos passar para uma coisa menos...

B.L. – Menos polêmica.

H.B. – Menos apaixonada. Porque o tema da política é um tema de paixão.

B.L. – É claro. E essa parte toda que eu falo com paixão, evidentemente, isso é um lado da minha vida. Eu nunca fui acadêmico de torre de marfim. Eu não estou aí para só fazer pesquisa, escrever artiguinho e publicar na revista acadêmica. Não, não sou eu. Isso não sou eu.

H.B. – Não, porque essa conversa podia nos levar a duas... dois pontos, por exemplo, que são muito constantes na literatura toda do pensamento social brasileiro, que é de uma corrupção quase endêmica no Brasil, da maneira de fazer política...

B.L. – Eu estou escrevendo sobre isso.

H.B. – Está? Então. Só para a gente saber que isso, primeiro, não é uma exclusividade desses...

B.L. – Ah, não.

H.B. – ...desses últimos governos. E talvez até o fato de ter sido uma experiência primeira de um partido popular ter assumido e ter se mantido tanto tempo tenha ajudado muito a deixar isso mais claro, o que pode ser até uma contribuição que o partido pode deixar. Mas eu queria voltar para uma outra frente, até que essas trajetórias que a gente faz privilegiam com todos os entrevistados, que é falar um pouco das influências importantes. Se você tivesse que identificar, no curso da sua formação mesmo, da sua atuação como cientista social, ou de pessoas, ou professores, ou intelectuais com quem você... Porque é um capítulo importante dessa trajetória, é ou a formação intelectual mesmo, um livro, um curso, uma obra, ou o que seja, ou dessas trocas. Como é que você se lembraria disso?

B.L. – Entre os brasileiros – vamos começar pelos brasileiros –, dos que têm... Dos da minha geração, eu destacaria, em particular, o Antonio Octavio Cintra, com quem eu tive a felicidade de manter um diálogo permanente, desde o tempo da faculdade até hoje, e com grande amizade, grande troca de ideias. Eu acho uma cabeça extraordinária. Eu destacaria o Antonio Octavio Cintra e o Simon Schwartzman, entre os da minha geração, os que mais me afetaram, digamos assim. Na geração acima da minha, o Fernando Henrique é uma influência importante, embora os caminhos de pensamento nossos não tenham convergido a não ser recentemente. Toda a primeira fase da carreira do Fernando Henrique, que é a primeira fase da minha carreira, não tinha nada a ver uma com a outra, mas, com o tempo, eu acho que nos aproximamos, eu compreendi melhor as coisas dele, e eu acho que a recíproca é verdadeira. Eu destacaria muito o nome dele. E na geração acima dele, e para mim é o grande nome da Ciência Política brasileira, o Victor Nunes Leal, a obra mais clara, mais translúcida, analiticamente, um dos raros que tinha o pé na... O pessoal falava muito da realidade brasileira, mas não pegava o trem, não é? O Oliveira Vianna, por exemplo, morava em Niterói. Sabe-se que ele fez uma viagem na vida, a Barbacena, de trem, um fim de semana e voltou, e escrevia sobre o interior do Brasil, aquela coisa maravilhosa. Não conhecia coisa alguma do interior do Brasil, não é? O Victor Nunes Leal, não, ele é um homem que conhecia o interior do Brasil, conhecia a política brasileira. Ele é um outro nível. E que sabia pensar, sabia pensar sistemicamente. Você vê que

ali a política é uma coisa com a sua recorrência; não são categorias fetichizadas no pensamento dele. Não, ali tem um mecanismo funcionando. Eu tinha lido o Victor Nunes Leal na faculdade e li, pela segunda vez, quando eu estava nos Estados Unidos, noite adentro, maravilhado, maravilhado! Eu podia ler, agora, com calma – com calma, não só para fazer uma prova –, podia ler por prazer, atravessando a noite, capítulo após capítulo, e falar: “Isso aqui é o que há de mais moderno em Ciência Política”. E sou dessa opinião até hoje. Agora, em termos internacionais, eu não sou muito de me afiliar a correntes, mas se eu tivesse que destacar um grande nome, para mim... O Max Weber, essas coisas são outro departamento. Isso é clássico. Eu digo no pós-guerra. No pós-guerra, para mim, o grande nome da ciência política é Juan Linz, disparado. É o mais original, o mais criativo, o mais produtivo, o melhor professor, o que mais andou pelo mundo, interagindo, humilde e honestamente, em todos os campos, se abastecendo e trocando ideias. Para mim, é incomparável. Você pode dizer o Huntington. O Huntington era ideológico demais. O Huntington tem algumas coisas brilhantes, mas também tem grandes porcarias, como a luta das civilizações [*O choque das civilizações e a mudança na Ordem Mundial*]. Então, eu diria que o Juan Linz; o Karl Deutsch... Esses dois, principalmente.

H.B. – E pensando nisso... Porque você está falando em ícones de formação e de troca. Você está afastado um pouco da graduação, mas você continua pensando nas Ciências sociais. Você acha que... O que seria um desafio para a formação de um cientista social hoje?

B.L. – Essa é uma pergunta difícil para mim. Aí é um círculo vicioso: o fato de eu estar afastado também me dificulta elaborar a resposta. Pelo pouco que eu tenho de informação – e quero frisar isto, que é muito pouco –, eu acho que nós compramos demais o pacote americano. Eu fui um dos primeiros a fazer isto e me sinto orgulhoso de ter feito isto, mas eu acho que talvez tenhamos comprado em excesso. Nós podíamos ter uma base curricular um pouco mais inteligente, com muito mais história, eu acho. Hoje há condições de se ter história de altíssima qualidade na graduação. Naquela época não havia. Não havia. Você não tinha bibliografia. Hoje, você pega o livro do Judt sobre o pós-guerra; você pega o livro do... daqui a pouco eu me lembro o nome dele, sobre os terroristas russos... Ali você tem um universo, que eu acho que é o que falta, para mostrar para essa menina. Acho que nós não podemos projetar o ensino da política, décadas a fio, no Brasil, apenas analisando o Congresso, as votações. Isso

é... Digamos, isso é uma cadeira, isso é uma matéria; isso não é a Ciência Política. A Ciência Política, o buraco é muito mais embaixo. O próprio pensamento político, eu acho que passou a ser ensinado sem embasamento histórico e filosófico nenhum. Não leva a lugar nenhum, não é? Eu acho que isso apenas disseca o texto do próprio nível do texto. Não é à toa que a maioria dos textos supostamente de análise crítica de autores do pensamento político brasileiro se limita a repetir o que o próprio autor disse. É rente ao texto. Não há raspagem filosófica e histórica enfocando uma outra perspectiva. Então, eu acho que isso tudo... Eu, se tivesse que fazer de novo, faria diferente. Agora, do ponto de vista do aluno, você me pergunta. Eu penso que o aluno, em primeiro lugar, deve reaprender o idioma. Quando eu digo o idioma, eu digo qualquer idioma: a gramática, a sintaxe, o vocabulário. O sujeito mora no Brasil? Aprenda português, complemente com inglês, alemão, qualquer coisa que você quiser, mas aprenda. Porque, hoje, me dá a impressão de que... Isto não é uma crítica aristocrática, de quem fala rebuscado – que, aliás, eu acho que eu não falo rebuscado, posso estar enganado –, é apenas que o idioma é o instrumento de pensamento, é o instrumento da lógica. Quem não fala direito não pensa direito. Então, eu acho que a formação verbal dos estudantes, no Brasil, por razões que todo mundo conhece, a expansão do ensino e tal, mas, enfim, caiu muito, caiu muito. Isso é normal que aconteça num certo período de democratização, das oportunidades sociais. É normal. Mas não é normal que continue. Hoje em dia é dado como aceito, também, que é preciso um pouco de base de Matemática e de Estatística. Eu acho que isso já é um avanço muito grande. Então, eu acho que o aluno, hoje, ele deve se sentir feliz de... Ele não precisa enfrentar certos inimigos que a minha geração teve que enfrentar. Nós tivemos que enfrentar o inimigo da falta de bibliografia – desde logo, histórica. Eu li um Oliveira Vianna da vida como se fosse História, como se fosse uma obra objetiva. Ninguém me disse: isso aqui é um panfleto ideológico meio fascistóide. Não, ninguém me falou isso. O que me disseram foi que aquilo era História, e eu li com esse espírito, e tive que, por minha conta, fazer uma longa elaboração. O aluno, hoje, não precisa se defrontar com a dúvida existencial: “Mas para que eu vou estudar Matemática e Estatística? Eu estou em sociologia?”. Não. Vai porque vai, porque é preciso, está demonstrado que é preciso, isso é importante. Não precisa passar dez, quinze anos da vida, como eu passei, mais até, com aquela discussão idiota em torno do conceito de modernização, o conceito de função das Ciências Sociais. Aquilo era uma conversa fiada, uma coisa superficial, uma discussão mal posta que, com um pouco mais de embasamento histórico e filosófico, a gente tiraria de letra. Mas nós não pudemos tirar. Porque, naquela época, até nos Estados Unidos

aquilo campeava, aquilo lavrava. E, sobretudo, o estudante hoje, pode ter um distanciamento em relação ao marxismo que nós não podíamos ter. Eu me lembro, quando eu voltei dos Estados Unidos, cheguei no IUPERJ, começo a dar aula, elaboro uma pequena bibliografia, mas aí eu tenho um movimento reivindicante de estudante dizendo que eu precisava dar o Althusser. “Mas Louis quem?” “Louis Althusser.” “Ah, bom.” Um senhor que é lá um pau-mandado do Partido Comunista Francês, que escreve, do ponto de vista do Partido Comunista Francês, para enquadrar o pessoal que quer fazer a revolução – ele queria dizer que eles não podiam fazer a revolução, que o Partido Comunista não queria a revolução. O livro vem para o Brasil e passa a significar ao contrário: isso aqui significa a revolução. E eu sou obrigado a discutir esse negócio. Ou então... Tinha um grego junto com o Althusser. O Althusser tinha um contrapeso, que era o Poulantzas. Você sabe a palavra contrapeso, não é? No interior do Brasil, quando te vendiam um quilo de carne de má qualidade, te davam cem gramas um pouco melhor, que era o contrapeso, ou vice-versa. O Poulantzas era o contrapeso do Althusser. Me obrigavam a ler aquilo. Eu tive que ler aquilo. Eu te contei antes, quando eu digo: “Eu tenho que dar”, então, eu vou ler, do começo ao fim. Eu vou ler. A edição que circulava no Brasil era uma tradução espanhola de capa roxa, traduzida do francês. Tinha cada erro de tradução que era cômico. Era simplesmente grotesco. Você lia aquilo... E o estudante ia para o seminário e interpretava aquilo, e eu frequentemente interrompia o seminário e falava: “Não adianta você me interpretar porque está errado. Eu estou com a edição francesa aqui. Então, não adianta”. O livro do Parsons, *A estrutura da ação social*, uma vez eu fui dar *A estrutura da ação social*, os estudantes liam uma edição argentina, lá da Eudeba. Era cada erro pavoroso! Sabe quando engrena um erro que vai duas, três, quatro páginas seguidas? Era aquela maravilha! O estudante começa a interpretar. “Mas não precisa interpretar. Não adianta interpretar porque está tudo errado. Eu estou com o inglês aqui. Isso é perda de tempo, ficar interpretando isso.” Então, esses problemas, o estudante atual não tem. O último, o último problema que eu acho que ele não tem: a angústia de se a profissão é relevante ou não. Este foi o pior de todos. A minha geração acadêmica chegou ao quarto ano ainda com dúvidas: “O que a gente vai fazer com isto? Para que serve a Sociologia?”. Serve porque está mais do que demonstrado: é relevante, é importante, é importantíssimo para ajudar o país a pensar, o país a se ver, a se autointerpretar e até a prever certas coisas que podem lhe acontecer. Você, hoje, com análises projetivas, construção de cenário, extrapolação de certas tendências, pode ter uma utilidade enorme para a sociedade. Hoje, discutir isto é quase perda de tempo, porque está mais do que óbvio.

H.B. – O que não significa que eles não tenham dúvidas. Têm muitas, ainda.

B.L. – Eles têm. Mas eu acho que não têm porque ter. Quando eu vim para São Paulo, lavrava aqui uma discussão interminável sobre o uso de estatística nas Ciências Sociais. Você fazer uma pesquisa quantitativa, se isso não seria inerentemente ideológico, conservador. Você pode imaginar uma bobagem maior que essa? Mas eu tinha que discutir isto.

H.B. – E ainda tem. Ainda tem isso.

B.L. – É, mas isso é bobagem. O que eu tenho a dizer ao moço ou à moça que me ouve é que isto é *bobagem* da grossa. Esquece disso. E se você realmente estiver com dificuldade de... volte ao início da ciência moderna, pegue o *Novum organum*, do Francis Bacon, que é de 1620, e leia. Comece lá então. O bê-á-bá: o que é o conhecimento? Como é que a gente conhece? É muito melhor do que entrar numa discussão como esta.

H.B. – É verdade.

B.L. – Isso é pura perda de tempo.

H.B. – É. Mas você sabe que esse projeto é a trajetória de cientistas sociais em países de língua portuguesa, exatamente por um distanciamento que nós, historicamente, tivemos com relação a Portugal, do ponto de vista da troca intelectual. Não sei se você teve ou se você manteve algum contato, algum...

B.L. – Eu te dou, nesse momento, um exemplo. Em 1982, no segundo ano do Idesp, eu organizei, em São Paulo, um seminário sobre o ensino da Ciência Política e eu queria trazer pessoas de Portugal, mas eu não sabia quem trazer, eu não sabia quem, eu não sabia nomes. Não tinha contato, não existia internet... Então, foi através dos Estados Unidos que eu cheguei às pessoas relevantes em Portugal. Trouxe-os, e aí se entabulou, muito frutiferamente, uma cooperação que durou até o fim do Idesp. Se você pegar esse volume que foi publicado pela UnB, *A ciência política nos anos 80...*

H.B. – Sim, eu tenho.

B.L. – ...você vai ver, no texto do Villaverde Cabral, que é um dos textos – Manuel Villaverde Cabral, um sujeito muito inteligente...

H.B. – Já deu uma entrevista.

B.L. – Então. Você vai ver no artigo dele uma passagem em que ele diz assim: que até o fim do salazarismo não se defendeu, nas universidades portuguesas, nenhuma tese que chegasse ao século XX, porque parava no século XIX. É extraordinário, não é? É extraordinário. Quer dizer, quando você acha que o Brasil teve um sufoco autoritário, você não sabe o que foi Portugal. Ah, aí sim.

H.B. – E você acha, Boli, que essa troca continua sendo uma troca importante no Brasil hoje?

B.L. – Ah, sem dúvida que é importante. Eu não sei a quantas anda. Eu perdi contato completamente. Eu estou há mais de dez anos fora dessas lides, mas eu acho importantíssima. Eu também estabeleci... Veja, no tempo do Idesp, eu estabeleci um intercâmbio extremamente frutífero com a África do Sul. Eu estive lá sete ou oito vezes; eles vieram aqui sei lá quantas vezes. Muito, muito frutífero: seminários e coisas desse tipo. Ultimamente, o Amaury prosseguia. Eu tinha saído.

[FINAL DO ARQUIVO III]

H.B. – Então, Bolívar, tem alguma coisa mais que você gostaria de acrescentar?

B.L. – Só para concluir esse capítulo da cooperação...

H.B. – Ah, sim.

B.L. – Então, nós fizemos um trabalho de colaboração com sul-africanos que foi magnífico, e ultimamente – eu não estava envolvido diretamente, mas participei de algumas reuniões –, o Amaury de Souza estava envolvido, a propósito da temática de classe média, um projeto envolvendo África do Sul, Brasil, Índia e Rússia, muito interessante, também.

H.B. – E esse projeto teve segmento?

B.L. – Está tendo.

H.B. – Está tendo.

B.L. – Eu acho que isso é muito importante, para a gente não ficar com a visão provinciana, não ficar pensando que o Brasil tem uma singularidade, ficar pensando que Ciência Social trata só de jabuticaba. Não, trata de várias frutas diferentes. Isso é muito importante. Eu acho que aí, realmente, a cooperação vale a pena. Agora, no que me toca pessoalmente, eu estou escrevendo, pesquisando coisas... assim, coisas para... não quero dizer pagar uma dívida, mas alguns temas que eu acho que eu devo uma conclusão, um fechamento, uma provocação à cultura brasileira, ao meio intelectual brasileiro. Então, eu quero escrever mais alguma coisa sobre o período da redemocratização; eu estou escrevendo alguma coisa na área de intelectuais, com uma ótica diferente da sua pesquisa, mas no sentido de interpretação, e não é só Brasil, é comparativamente; e alguma coisa mais na área entre a Ciência Política e a Filosofia, que é sobre fundamentos do conhecimento político; e sobre corrupção. Eu tenho quatro coisas andando. É claro que isso vai me tomar...

H.B. – Em tempos diferentes.

B.L. – Diferentes. Mas eu pesquisei tudo. A pesquisa está montada, praticamente. Para escrever, eu vou levar dois ou três anos, mas eu elaborei esses projetos e pesquisei. É isso que eu estou fazendo: pouco ligado na vida acadêmica, mas dentro de casa, pensando.

H.B. – E essa pesquisa comparativa das classes médias nos países é um grupo?

B.L. – É um grupo que funciona, aqui no Brasil, através do Instituto Fernando Henrique. O Amaury é que tocava, em nome do Instituto Fernando Henrique. O Sérgio Fausto, que está lá no Instituto Fernando Henrique, é o diretor desse programa na parte brasileira. E houve, há coisa de três meses, um seminário, lá no Instituto, em que os interlocutores internacionais estiveram presentes. Foi extremamente proveitoso: economistas, sociólogos, uma coisa de muito bom nível e riquíssima, realmente. Eu fiquei muito contente.

H.B. – Que bom! É porque eu tenho um interesse pessoal nisso.

B.L. – Está bom.

H.B. – Muitíssimo obrigada. Foi uma tarde incrível, não é? Quer falar mais alguma coisa?

B.L. – Não. Quero agradecer a você, ao Cpdoc, ao projeto, ao Eduardo, essa tarde, para mim, magnífica.

H.B. – Que bom! Para nós, também.

B.L. – Me faz puxar tudo do passado, pela cabeça. Isso é um bom trabalho, também, de memória. Eu fiquei muito contente.

H.B. – Que bom! Obrigadíssima.

[FIM DO DEPOIMENTO]